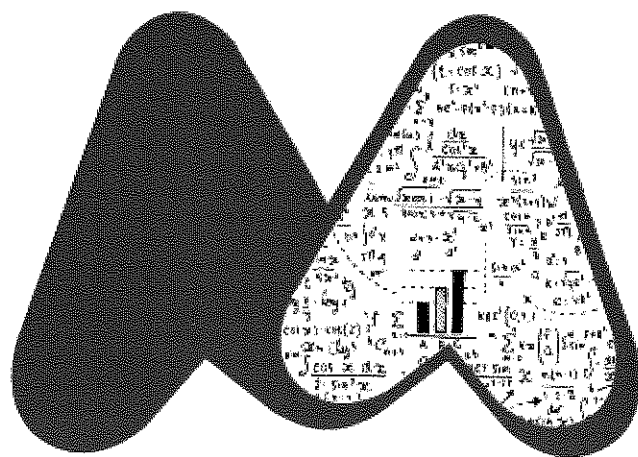
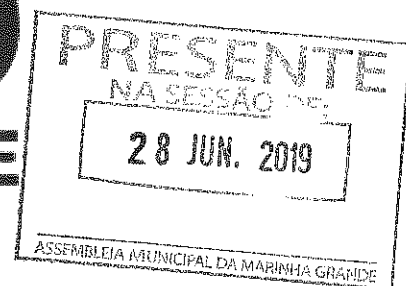


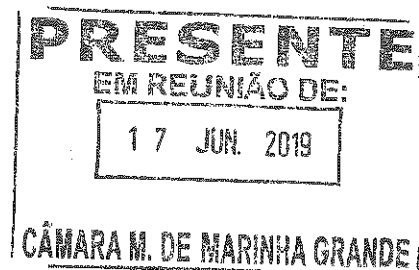
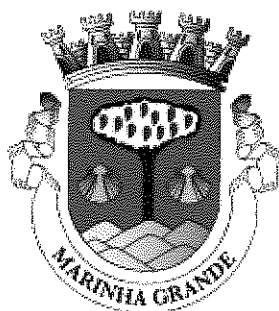


MARINHA GRANDE

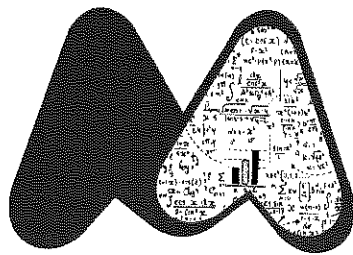


Consolidação de Contas com a Empresa Municipal TUMG Unipessoal, Lda

2018



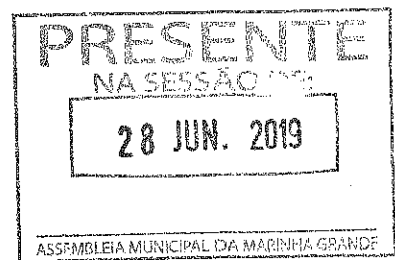
Handwritten signatures and initials:
C2
Dae PL
L.S.
Johann
GZ



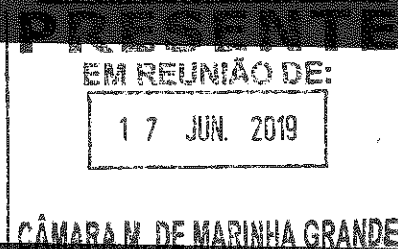
MARINHA GRANDE

Documentos de Prestação de Contas Consolidadas

2018



Índices

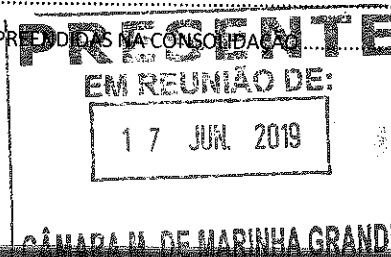
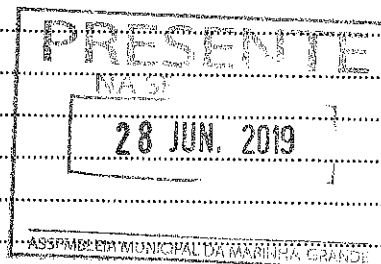


Marinha Grande, junho de 2019

Handwritten signatures and initials: PL, CR, J. J. J., and others.

ÍNDICE

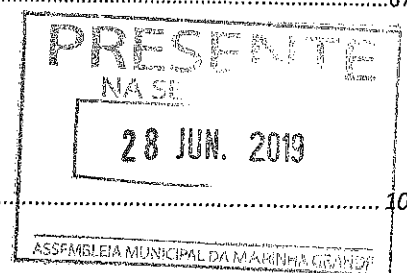
ÍNDICE DE FIGURAS	3
ÍNDICE DE GRÁFICOS	3
ÍNDICE DE QUADROS	4
1. INTRODUÇÃO	7
1.1 OBJETIVOS DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS	8
1.2 CONCEITO E PROCEDIMENTOS	8
1.3 PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	9
1.4 MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO	10
2. ANÁLISE PATRIMONIAL	13
2.1. ANÁLISE DAS CONTAS DE CUSTOS CONSOLIDADOS	13
2.1.1. Conta 61 – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC) Consolidados	14
2.1.2. Conta 62 – Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) Consolidados	15
2.1.3. Conta 63 – Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais Consolidadas	15
2.1.4. Conta 64 – Custos com Pessoal Consolidados	16
2.1.5. Conta 65 – Custos e Perdas Operacionais Consolidados	17
2.1.6. Conta 66 – Amortizações do Exercício Consolidados	17
2.1.7. Conta 67 – Provisões do Exercício Consolidado	18
2.1.8. Conta 68 – Custos e Perdas Financeiros Consolidados	19
2.1.9. Conta 69 – Custos e Perdas Extraordinários Consolidados	19
2.2. ANÁLISE ÀS CONTAS DE PROVEITOS	20
2.2.1. Conta 71 – Vendas e Prestações de Serviços Consolidados	21
2.2.2. Conta 72 – Impostos e Taxas Consolidados	22
2.2.3. Conta 73 – Proveitos Suplementares Consolidados	23
2.2.4. Conta 74 – Transferências e Subsídios Obtidos Consolidados	23
2.2.5. Conta 75 – Trabalhos para a própria Entidade Consolidados	24
2.2.6. Conta 76 – Outros Proveitos e Ganhos Operacionais consolidados	25
2.2.7. Conta 78 – Proveitos e Ganhos Financeiros consolidados	25
2.2.8. Conta 79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários Consolidados	26
2.3. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO CONSOLIDADO	27
2.6. INDICADORES DE GESTÃO PATRIMONIAL	28
2.6.1. Rácios de Liquidez	28
2.6.2. Rácio de Solvabilidade	29
2.6.3 Rácio da Autonomia Financeira	30
2.6.4. Rácios de Endividamento	30
2.5. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO	31
3. EVOLUÇÃO DA GESTÃO DO CONJUNTO DAS ENTIDADES COMPREENDIDAS NA CONSOLIDAÇÃO	32



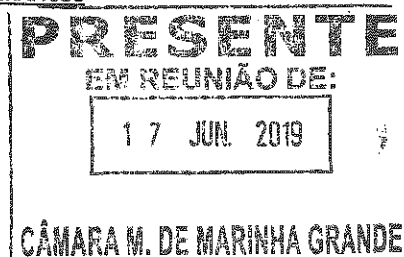
3.1 ANÁLISE AO BALANÇO	32
3.2 ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	34
4. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	37
4.1 INTRODUÇÃO	37
4.2 INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS	37
4.2.1 Entidades incluídas na consolidação	37
4.3 INFORMAÇÕES DE PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	38
4.4 INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA	38
4.5 INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO:	38
4.6 INFORMAÇÕES SOBRE O ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO	38
4.7 INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS	39
4.8 INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS	39
4.9 INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	39
4.9.1 Imobilizações	40
4.9.2 Locação Financeira	40
4.9.3 Existências	40
4.9.4 Provisões	40
4.9.5 Disponibilidades	41
4.9.6 Outra informação considerada relevante	41
PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA	48
BALANÇO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE	49
BALANÇO TUMG - UNIPessoal, S.A.	54
BALANÇO CONSOLIDADO	56
DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE	59
DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS TUMG - UNIPessoal, S.A.	61
DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADA	63
MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA	65
RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS	67

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Perímetro de consolidação.....



ÍNDICE DE GRÁFICOS

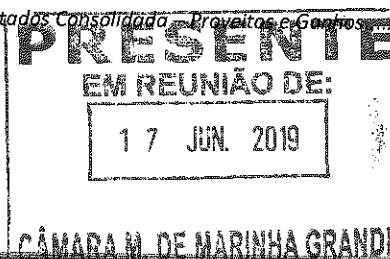
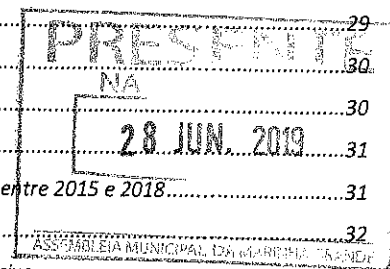


Handwritten signatures and initials are present next to the stamps, including "PL", "Diogo", "J. Dias", "A.", and "C. P.". There is also a handwritten "17" near the bottom stamp.

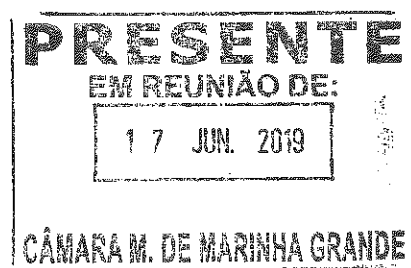
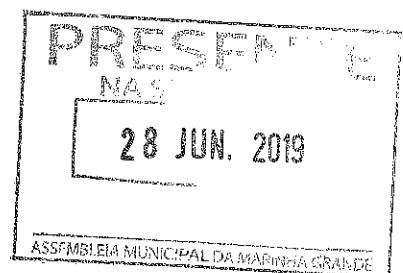
Gráfico 1: Evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos consolidados entre 2015 e 2018.....	15
Gráfico 2: Evolução das Transferências e Subsídios Correntes Concedidos consolidados entre 2015 e 2018	16
Gráfico 3: Evolução dos Custos com o Pessoal consolidado entre 2015 e 2018	16
Gráfico 4: Evolução dos Custos Operacionais consolidados entre 2015 e 2018	17
Gráfico 5: Evolução dos Custos consolidados com Amortizações do Exercício entre 2015 e 2018	18
Gráfico 6: Evolução das Provisões consolidadas entre 2015 e 2018.....	18
Gráfico 7: Evolução dos Custos e Perdas Financeiros consolidados entre 2015 e 2018.....	19
Gráfico 8: Evolução dos Custos Extraordinários consolidados entre 2015 e 2018.....	20
Gráfico 9: Evolução das Vendas e Prestações de Serviços consolidadas entre 2015 e 2018	22
Gráfico 10: Evolução dos Impostos e Taxas consolidados entre 2015 e 2018	22
Gráfico 11: Evolução dos Proveitos Suplementares consolidados entre 2015 e 2018	23
Gráfico 11: Evolução das Transferências e Subsídios Obtidos consolidados entre 2015 e 2018.....	24
Gráfico 12: Evolução dos Trabalhos para a Própria Entidade consolidados entre 2015 e 2018.....	24
Gráfico 13: Evolução dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais consolidados entre 2015 e 2018	25
Gráfico 14: Evolução dos Proveitos e Ganhos Financeiros consolidados entre 2015 e 2018.....	26
Gráfico 15: Evolução dos Proveitos e Ganhos Extraordinários consolidados entre 2015 e 2018.....	26

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Evolução dos custos totais consolidados, entre 2015 e 2018	13
Quadro 2: Evolução dos custos globais consolidados entre 2015 e 2018.....	14
Quadro 3: Evolução dos CMVMC consolidado entre 2015 e 2018.....	14
Quadro 4: Evolução dos Proveitos consolidados entre 2015 e 2018	20
Quadro 5: Evolução global dos proveitos consolidados entre 2015 e 2018.....	21
Quadro 6: Distribuição dos Proveitos de Vendas de Bens e Prestações de Serviços entre 2015 e 2018.....	21
Quadro 7: Evolução do Resultado Líquido do Exercício consolidado entre 2015 e 2018.....	27
Quadro 8: Evolução dos Resultados Operacionais, Financeiros e Correntes consolidados entre 2015 e 2018.....	27
Quadro 9: Liquidez Geral consolidada entre 2015 e 2018.....	28
Quadro 10: Liquidez Reduzida consolidada entre 2015 e 2018.....	29
Quadro 11: Liquidez Imediata consolidada entre 2015 e 2018	29
Quadro 12: Rácio de Solvabilidade consolidado entre 2015 e 2018.....	30
Quadro 13: Rácio da Autonomia Financeira consolidado entre 2015 e 2018.....	30
Quadro 14: Rácio do Endividamento Consolidado entre 2015 e 2018	31
Quadro 15: Rácio do Endividamento - Empréstimos de Médio e Longo Prazo consolidado entre 2015 e 2018.....	31
Quadro 16: Mapa - Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado – Ativo.....	32
Quadro 17: Mapa - Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado – Fundos Próprios e passivo.....	33
Quadro 18: Mapa - Síntese da Estrutura da Demonstração de Resultados Consolidada – Custos e Perdas.....	34
Quadro 19: Mapa - Síntese da Estrutura da Demonstração de Resultados Consolidada – Proveitos e Ganhos.....	35



Quadro 20: Endividamento consolidado de médio e longo prazos.....	39
Quadro 21: Saldo e fluxos financeiros consolidados.....	39
Quadro 22: Mapa de Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas Consolidado	40
Quadro 23: Mapa de Provisões Consolidado.....	40



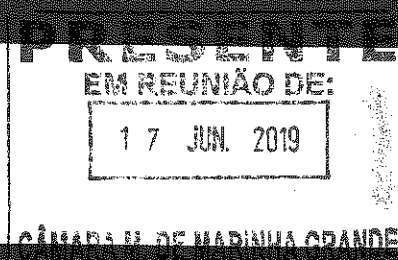
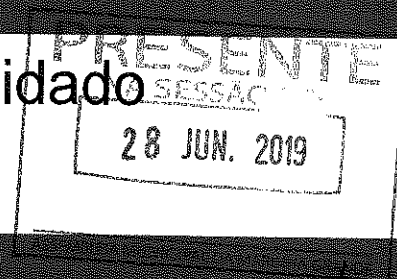
Handwritten signatures and initials: PL, CR, AF, Di, J.7, and others.



Documentos de Prestação de Contas Consolidadas

2018

Relatório de Gestão Consolidado



Marinha Grande, junho de 2019

Handwritten signatures and initials:
C...
D...
PL
e.g.

1. INTRODUÇÃO

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, estabelece o regime financeiro das Autarquias Locais, revogando a anterior lei das finanças locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e o Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho. A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, introduziu mudanças legislativas relevantes, em particular no caso da prestação de contas consolidada.

Nos termos do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, os municípios devem apresentar contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Para a efetiva aplicação do disposto na referida norma, os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos continuam a ser definidos pela Portaria n.º 474/2010 de 15 de junho, publicada na 2.ª Série do Diário da República a 1 de julho de 2010, que aprovou a orientação n.º 1/2010 "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo."

Em 28 de abril de 2011 foram publicadas, pelo SATAPOCAL, as instruções referentes à consolidação de contas pelos municípios, atentas as especificidades do subsector das autarquias locais e ao facto de a Lei das Finanças Locais prevalecer, por força da hierarquia entre as várias normas legais, sobre a portaria referida no parágrafo anterior, e de aquela consagrar de forma expressa, alguns dos aspetos relevantes em matéria de consolidação de contas, designadamente o perímetro de consolidação e os documentos que devem integrar as demonstrações financeiras consolidadas.

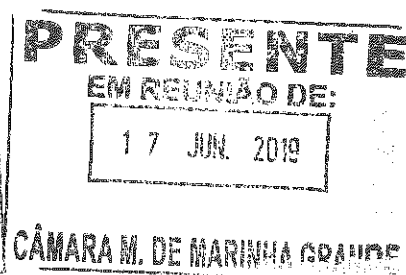
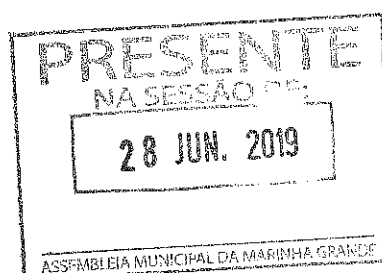
Considerando que os municípios têm vindo a adotar formas organizacionais de diversa natureza, nomeadamente empresarial, que detêm ou controlam, para a prossecução das suas atribuições e competências, numa lógica de grupo municipal.

Tem sido considerada exígua a prestação de contas individualizada por cada uma daquelas entidades, por tal não permitir uma visão global da situação financeira do grupo municipal, o que dificulta, quer a tomada de decisão dos gestores municipais quer a avaliação integrada do conjunto de atividades desenvolvidas por aquelas entidades.

Assim, a consolidação de contas nos municípios surge da necessidade de se melhorar a informação contabilística prestada pela administração local com o objetivo de elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo, ainda, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

Concluindo, para além das contas individuais que os municípios são obrigados a apresentar, passam, também, a apresentar as contas consolidadas do grupo municipal em que as autarquias se enquadram.

Desta forma, apresenta-se, a consolidação de contas do grupo público municipal da Marinha Grande, relativo ao exercício de 2018, que integra informação financeira consolidada.



Diame
PC
CP
AF
e.5
15/6

1.1 OBJETIVOS DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, é considerada suficiente para revelar a sua situação económica e financeira.

No entanto, essa informação não é suficiente para traduzir de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira do Grupo como se de uma única entidade se tratasse. Daí, a necessidade de se proceder à consolidação de contas, para que seja possível avaliar o desempenho económico e a situação financeira do mesmo.

Assim, o principal objetivo da consolidação de contas é proporcionar uma visão verdadeira e apropriada sobre o grupo autárquico como se de uma única entidade se tratasse.

A avaliação das Demonstrações Financeiras Consolidadas visa proporcionar uma imagem verdadeira da situação financeira e económica do grupo em vez de individualmente.

1.2 CONCEITO E PROCEDIMENTOS

Para que o grupo seja visto como uma única entidade, nas Demonstrações Financeiras consolidadas, devem ser eliminados todos os saldos, transações e resultados não realizados, provenientes de operações efetuadas entre a Câmara Municipal e a TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M Unipessoal, S.A..

Ao se eliminarem as operações intra-grupo, quer sejam dívidas, gastos/perdas, rendimentos/ganhos, que tiveram lugar apenas por força das relações entre as entidades do grupo, verifica-se que os resultados consolidados apresentados representam apenas as operações externas, ou seja, entre o grupo e o exterior.

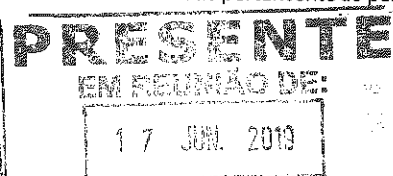
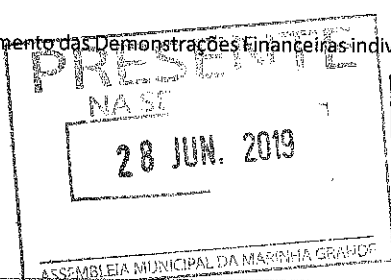
Deste modo, ao eliminar as operações internas, as demonstrações financeiras consolidadas cumprem o principal objetivo da consolidação de contas, ou seja, a apresentação dos resultados do grupo como se de uma única entidade se tratasse, pois evidencia apenas as operações externas.

No processo de consolidação distinguem-se dois tipos de transações: as transações recíprocas e as transações não recíprocas.

As transações recíprocas ao serem anuladas, por se compensarem entre si, não provocam alterações nos resultados, enquanto nas operações não recíprocas isso não acontece.

O processo de consolidação de contas deve, por norma, obedecer aos seguintes passos:

- a. Definição do perímetro de consolidação;
- b. O organograma do grupo, com todas as entidades alvo de consolidação;
- c. Escolha do método de Consolidação – Com base na percentagem de controlo detida pela empresa;
- d. Levantamento das Demonstrações Financeiras individuais de cada entidade pertencente ao perímetro de consolidação;



Diário
PL
u.5
Jho
PL
A

- e. Harmonização das políticas contabilísticas – normalização de políticas e procedimentos para tornar comparáveis os elementos das Demonstrações Financeiras;
- f. Agregação das Demonstrações Financeiras individuais – tendo por base o método de consolidação escolhido;
- g. Eliminação das transações intra-grupo;
- h. Elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

1.3 PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme preconizado no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, os municípios devem apresentar contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

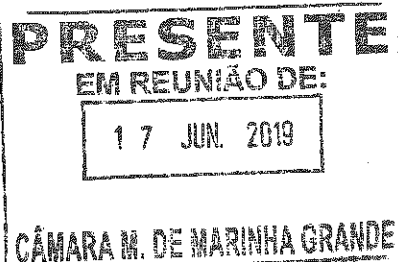
O grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Para a elaboração de contas consolidadas é necessário definir, conforme já referido, o perímetro de consolidação. Esta delimitação tem por base a percentagem de controlo detida pela entidade consolidante.

A definição das entidades que devem integrar o perímetro de consolidação define-se pela existência ou presunção de controlo, por parte da entidade consolidante, aferindo-se pela verificação dos seguintes pressupostos:

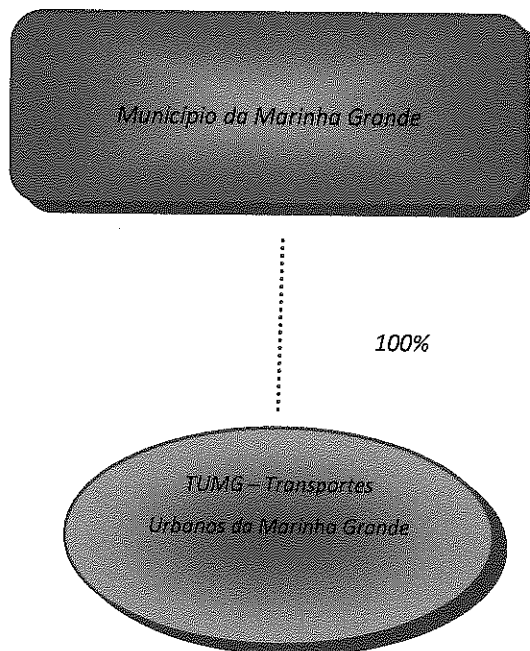
- a. Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente, total ou maioritária, atendendo ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- b. De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais;
- c. De outra natureza, por referência aos elementos de poder e resultado, com base, designadamente, nas seguintes condições:
 - i. De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos diretos de voto;
 - ii. De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

Nestes termos, na prestação de contas do Município da Marinha Grande relativa ao ano de 2018, o grupo público municipal engloba o Município da Marinha Grande e a empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M., Unipessoal, S.A.



Diário
PC
28
[Handwritten signatures]

Figura 1: Perímetro de consolidação



1.4 MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

A consolidação consiste na agregação das Demonstrações Financeiras da entidade consolidante com as das entidades constantes no perímetro de consolidação.

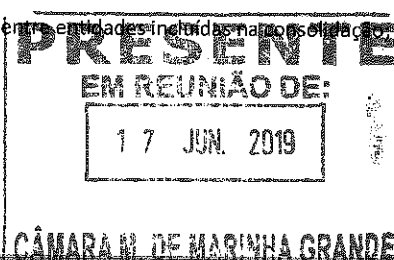
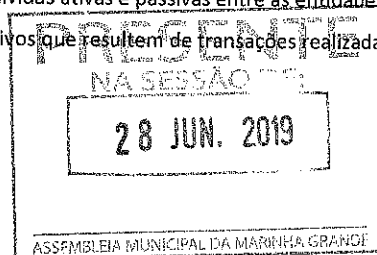
O método de consolidação a aplicar depende da relação de controlo verificada entre a entidade consolidante e a entidade objeto de consolidação.

No caso de a entidade consolidante deter sobre a participada, uma percentagem de controlo superior a 50%, presume-se a existência de controlo exclusivo ou influência dominante, determinando que seja aplicado o Método de Consolidação Integral.

Deste modo, e considerando que o Município da Marinha Grande detém uma participação de 100% sobre a empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M., Unipessoal, S.A. o método de consolidação adotado foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e na demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos do balanço e demonstração de resultados da empresa municipal.

As operações subjacentes a este método de consolidação são:

- ✧ Agregação dos valores constantes dos documentos financeiros de cada entidade;
- ✧ Anulação das dívidas ativas e passivas entre as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação;
- ✧ Anulação de ativos que resultem de transações realizadas entre entidades incluídas na consolidação;



Assinaturas manuscritas e rubricas, incluindo a rubrica "PC" e a assinatura "J. S. Silva".

- ✧ Anulação das provisões para créditos vencidos e outros riscos relativos a entidades incluídas na consolidação;
- ✧ Anulação de custos e proveitos resultantes de transações efetuadas entre entidades incluídas na consolidação;
- ✧ Anulação de recebimentos e pagamentos resultantes de transações efetuadas entre entidades incluídas na consolidação.

Balanço

Serão anulados os saldos das contas ativas e passivas resultantes das operações intra-entidades do perímetro de consolidação.

Imobilizado

Como a alienação de imobilizado entre entidades do perímetro de consolidação provoca alterações nos seus valores contabilísticos, deve proceder-se à sua anulação.

Assim, deverão ser feitas as seguintes correções:

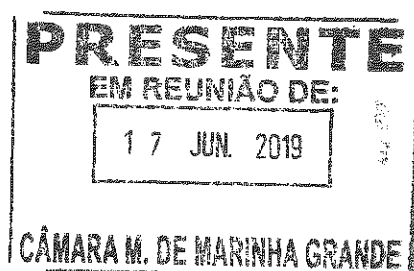
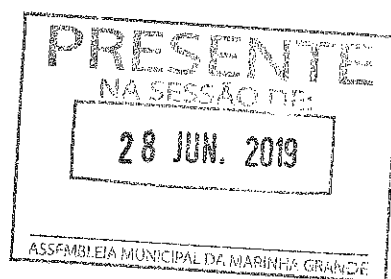
- ✧ Correção do valor de aquisição, repondo o valor histórico do bem, como se não tivesse ocorrido a venda interna do mesmo;
- ✧ Correção do valor das amortizações acumuladas, repondo-as ao valor histórico;
- ✧ Correções das amortizações do exercício, calculando-as como se não tivesse ocorrido a transmissão do bem;

Demonstração de resultados

Deverão ser anulados os saldos das contas de custos e proveitos resultantes das operações realizadas entre as entidades do perímetro de consolidação, nomeadamente: Vendas; prestações de serviços; transferências correntes, etc.

Demonstração de fluxos de caixa

Os fluxos monetários associados às operações entre entidades do perímetro serão, também, objeto de anulação.



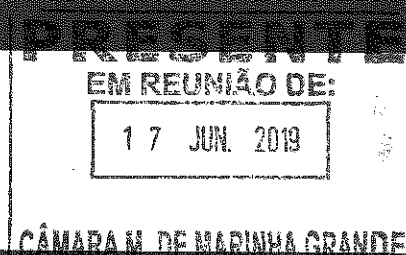
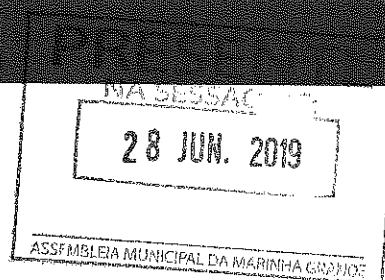
Diário
CR
PL
J. 7
H
R
S



Documentos de Prestação de Contas Consolidadas

2018

Análise Patrimonial Consolidada



Marinha Grande, junho de 2019

Handwritten signatures and initials:
Dias
CR
J. A.
R.
R.
J. A.
R.

2. ANÁLISE PATRIMONIAL

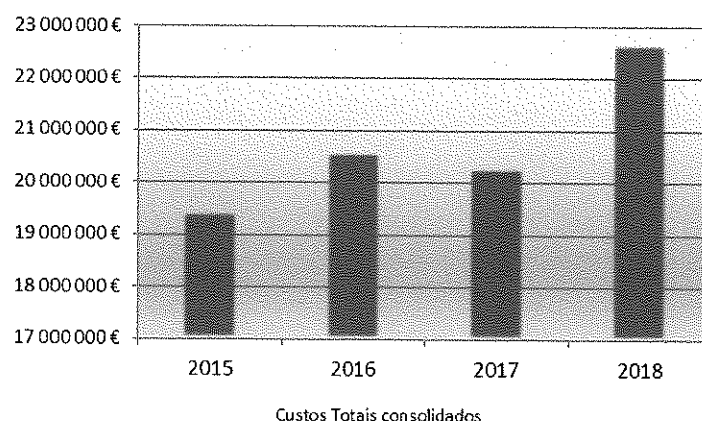
Neste capítulo irá proceder-se a uma análise mais detalhada aos custos e proveitos consolidados no ano de 2018.

2.1. ANÁLISE DAS CONTAS DE CUSTOS CONSOLIDADOS

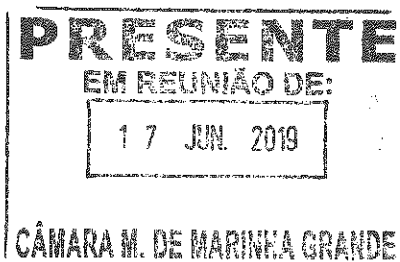
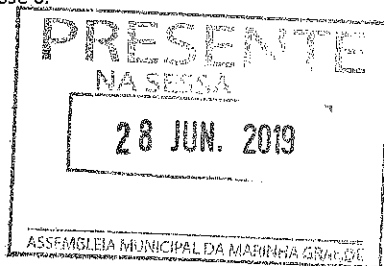
Nas contas da Classe 6 – Custos e Perdas, registam-se todos os custos consolidados que incorreram ao longo do ano financeiro. Analisando a evolução dos custos totais, verifica-se que no ano de 2018 se regista um aumento de 12% face ao ano anterior, o que corresponde em termos absolutos a um acréscimo de 2.374.238 euros.

Quadro 1: Evolução dos custos totais consolidados, entre 2015 e 2018

	2015	2016	2017	2018
Custos Totais consolidados	19 469 980 €	20 620 739 €	20 330 185 €	22 704 423 €



A classe 6 é composta por nove grandes grupos de contas que registam de forma mais desagregada o tipo de custos consolidados, pelo que importa verificar as principais alterações registadas em cada um dos grupos de modo a explicitar o aumento dos custos totais verificado do ano de 2017 para 2018. No quadro seguinte, pode analisar-se a evolução, dos custos consolidados de cada um dos grupos da classe 6.



Diário
PL
17
17
17

Quadro 2: Evolução dos custos globais consolidados entre 2015 e 2018

Custos e Perdas Consolidados	2015	2016	2017	%	2018	Variação	
						Absoluta	%
C.M.V.M.C.	197 691 €	193 825 €	235 462 €	1%	169 097 €	- 66 365 €	-28%
Fornecimentos e Serviços Externos	7 583 420 €	8 165 204 €	8 018 890 €	39%	8 934 761 €	915 871 €	11%
Custos com o Pessoal	5 394 824 €	5 362 813 €	5 435 587 €	27%	5 843 307 €	407 720 €	8%
Transferências e Subsídios Correntes	1 290 336 €	1 287 596 €	1 497 922 €	7%	1 692 098 €	194 176 €	13%
Amortizações do Exercício	4 344 796 €	4 516 581 €	4 189 246 €	21%	4 411 889 €	222 643 €	5%
Provisões do Exercício	64 814 €	343 656 €	147 005 €	1%	218 019 €	71 015 €	48%
Outros Custos e Perdas Operacionais	114 841 €	126 265 €	132 406 €	1%	283 386 €	150 980 €	114%
Custos e Perdas Financeiras	101 624 €	62 284 €	28 761 €	0%	16 380 €	- 12 381 €	-43%
Custos e Perdas Extraordinárias	377 634 €	562 514 €	644 906 €	3%	1 135 487 €	490 580 €	76%
Total de custos e perdas consolidados	19 469 980 €	20 620 739 €	20 330 185 €		22 704 423 €	2 374 238 €	

Como se pode verificar as contas da classe 6 que apresentaram uma variação positiva quando comparadas com o ano transato, são: Outros Custos e Perdas Operacionais (114%), Custos e Perdas Extraordinárias (76%), Provisões do Exercício (48%), Transferências e Subsídios Correntes (13%), Fornecimentos e Serviços Externos (11%), Custos com o Pessoal (8%) e Amortizações do Exercício (5%).

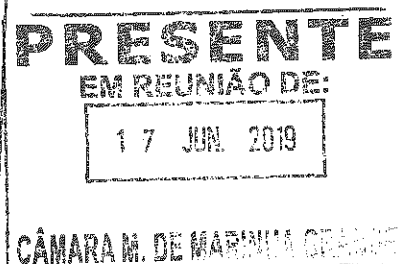
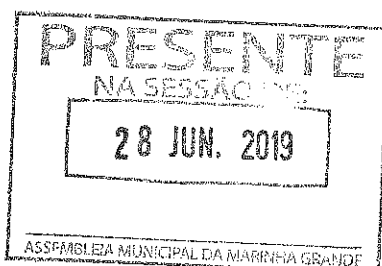
As restantes contas da classe 6 registaram um decréscimo face ao ano de 2017, a saber: Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, de ora em diante designado por CMVMC (28%) e Custos e Perdas Financeiras (43%).

2.1.1. Conta 61 – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC) Consolidados

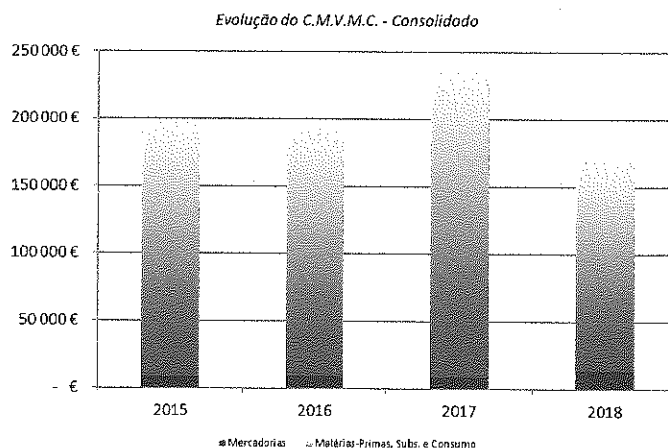
Na conta 61 regista-se o custo consolidado tido com as mercadorias vendidas e matérias consumidas no processo produtivo das entidades a consolidar, inerente à prossecução das suas atribuições.

Quadro 3: Evolução dos CMVMC consolidado entre 2015 e 2018

C.M.V.M.C. - Consolidados	2015	2016	2017	2018
Mercadorias	8 316 €	9 279 €	8 386 €	13 191 €
Matérias-Primas, Subs. e Consumo	189 375 €	184 546 €	227 076 €	155 906 €
Total	197 691 €	193 825 €	235 462 €	169 097 €



Handwritten signatures and initials: PL, Diana, J. B., H. B., A., and others.



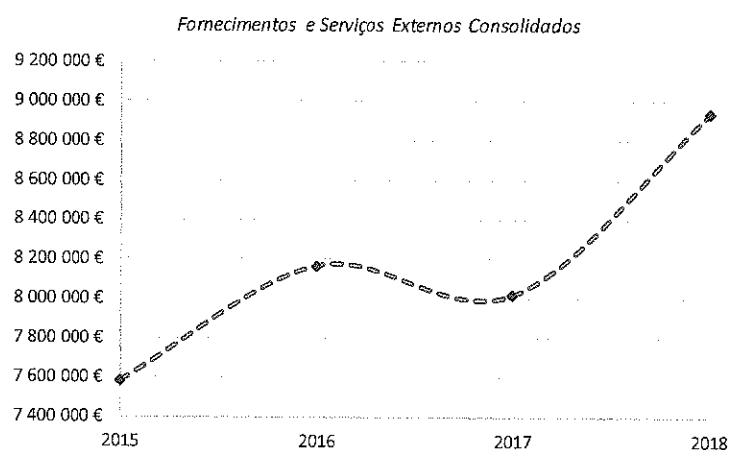
2.1.2. Conta 62 – Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) Consolidados

A conta 62 apresenta todas as despesas realizadas com a aquisição de bens e serviços de natureza corrente, bem como os serviços prestados por terceiros, essenciais ao normal funcionamento das entidades a consolidar.

A análise dos valores apresentados permite aferir que se assistiu a um aumento dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos de 2017 para 2018.

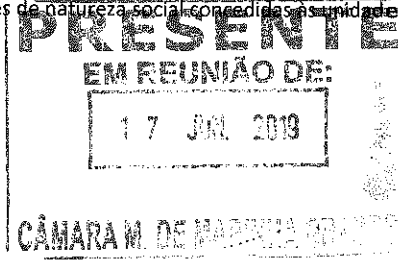
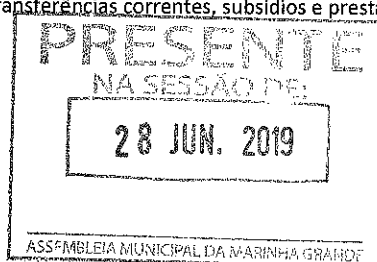
O aumento registado em 2018 foi de 11%, o que corresponde em termos absolutos a 915.871 euros.

Gráfico 1: Evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos consolidados entre 2015 e 2018



2.1.3. Conta 63 – Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais Consolidadas

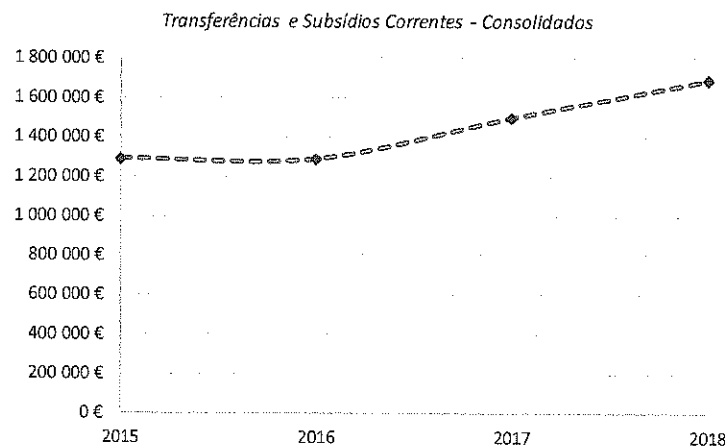
A conta 63 regista as transferências correntes, subsídios e prestações de natureza social concedidas às entidades institucionais e a famílias.



Handwritten signatures and initials, including "Diana", "PL", "J.7", and "G.M.", along with a date "17 JUN 2019".

Considerando os valores apresentados podemos verificar que de 2017 para 2018 se assistiu a um aumento dos custos com transferências e subsídios concedidos, de 13%.

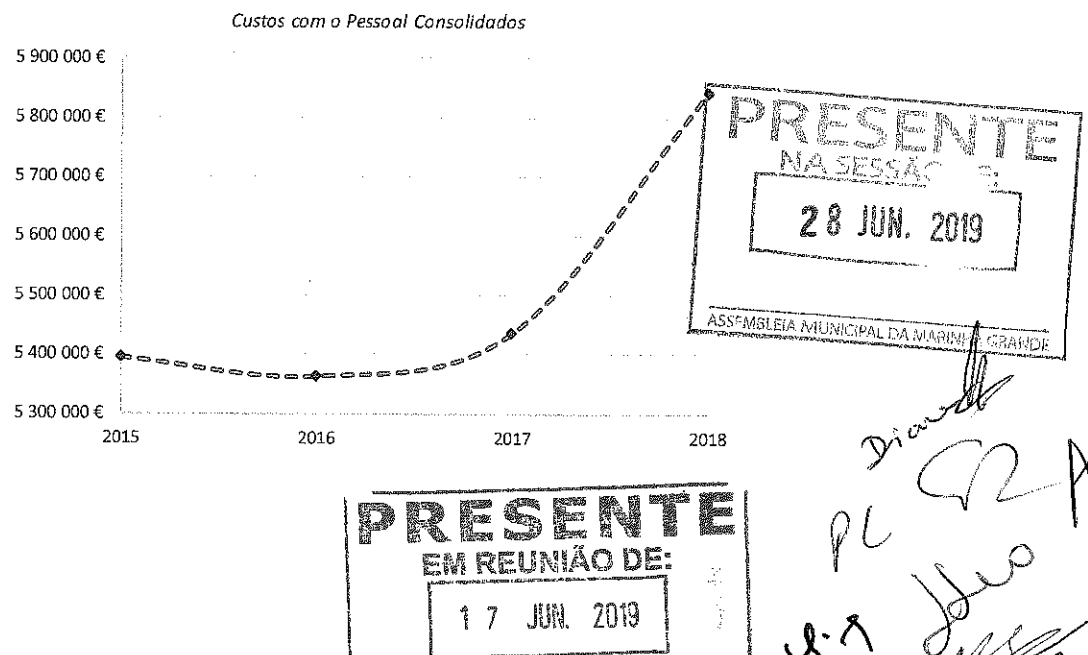
Gráfico 2: Evolução das Transferências e Subsídios Correntes Concedidos consolidados entre 2015 e 2018



2.1.4. Conta 64 – Custos com Pessoal Consolidados

Na conta 64 registam-se todos os encargos tidos com o pessoal ao serviço das entidades a consolidar, remunerações e outros. De acordo com os valores apresentados, verificou-se um aumento dos Custos com Pessoal, registando-se um acréscimo de cerca de 8% face ao ano anterior.

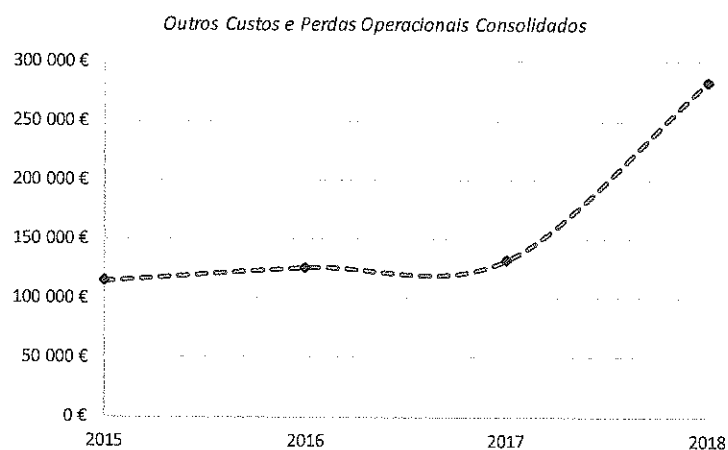
Gráfico 3: Evolução dos Custos com o Pessoal consolidado entre 2015 e 2018



2.1.5. Conta 65 – Custos e Perdas Operacionais Consolidados

A conta 65 é uma conta residual onde se registam outros custos tidos com a atividade principal. O gráfico seguinte mostra que os Custos Operacionais registaram um aumento face a idêntico período de 2017 de 114%, o que corresponde a 150.980 euros, em termos absolutos.

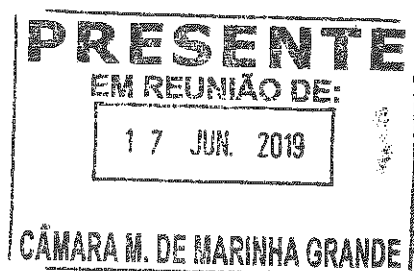
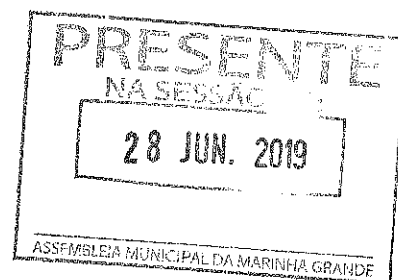
Gráfico 4: Evolução dos Custos Operacionais consolidados entre 2015 e 2018



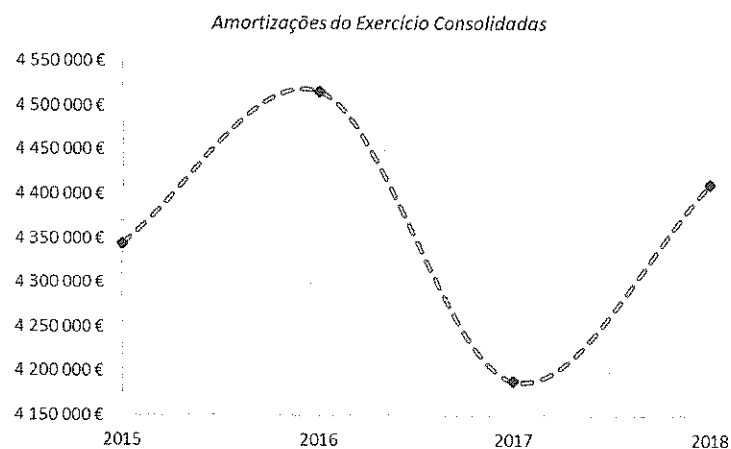
2.1.6. Conta 66 – Amortizações do Exercício Consolidados

A conta 66 - Amortizações do Exercício regista a depreciação do imobilizado corpóreo e incorpóreo no ano de 2018.

De acordo com a análise do gráfico seguinte, verifica-se que em 2018 se regista um aumento face a igual período de 2017 de cerca de 5%, o que em termos absolutos representa um aumento de cerca de 222.643 euros.

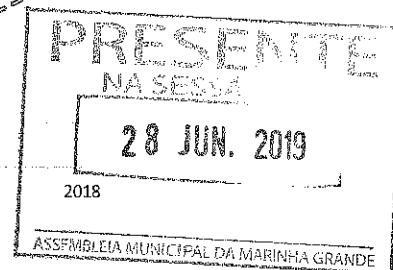
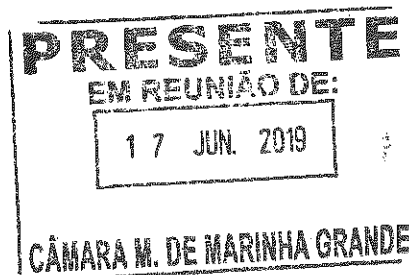
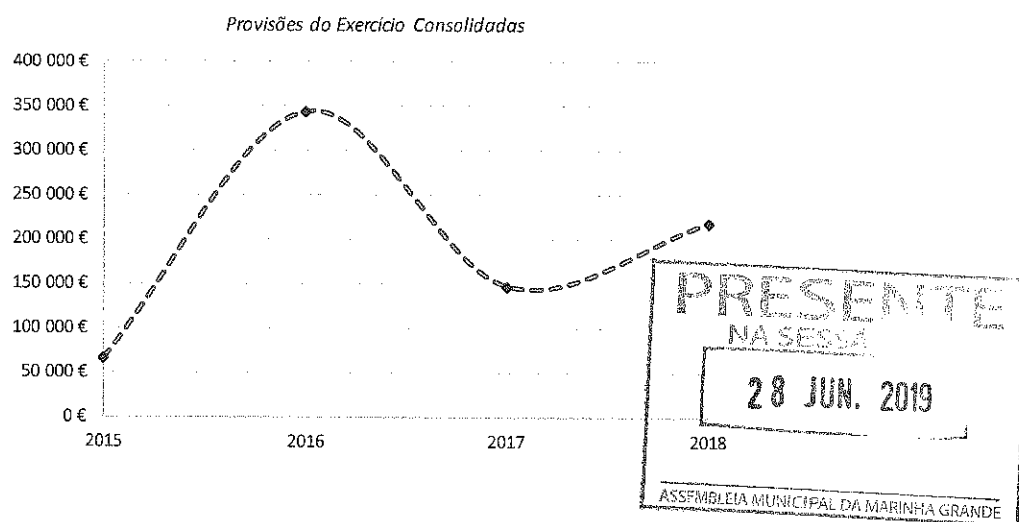


Handwritten signatures and initials:
 Diane
 PLG
 J.7
 H.7
 J.7

Gráfico 5: Evolução dos Custos consolidados com Amortizações do Exercício entre 2015 e 2018**2.1.7. Conta 67 – Provisões do Exercício Consolidado**

A conta 67 permite o registo de forma global, no final do período contabilístico, da variação positiva da estimativa dos riscos em cada espécie de provisão entre dois períodos contabilísticos consecutivos que tiver características de custo operacional.

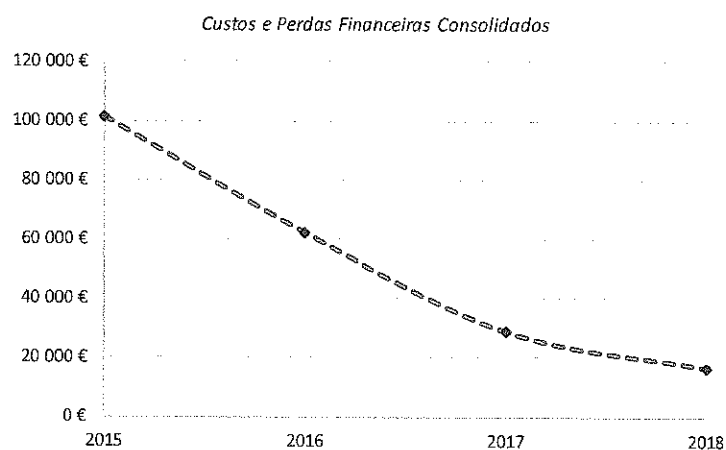
Como mostra o gráfico seguinte, os custos com provisões registaram um crescimento de 2017 para 2018 de cerca de 48%, o que em termos absolutos representa um aumento de 71.015 euros.

Gráfico 6: Evolução das provisões consolidadas entre 2015 e 2018

2.1.8. Conta 68 – Custos e Perdas Financeiros Consolidados

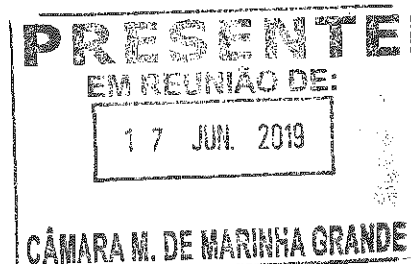
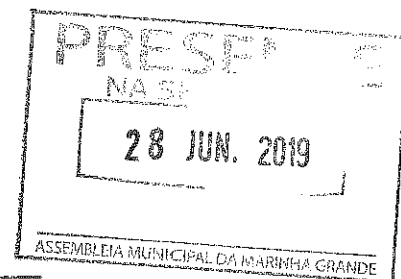
A conta 68 da Demonstração de Resultados permite efetuar o registo dos custos do exercício com a utilização de capital alheio. Os Custos e Perdas Financeiros registaram, em 2018, um decréscimo de 43%, como se verifica no gráfico seguinte, o que corresponde a uma redução de 12.381 euros, em termos absolutos.

Gráfico 7: Evolução dos Custos e Perdas Financeiros consolidados entre 2015 e 2018

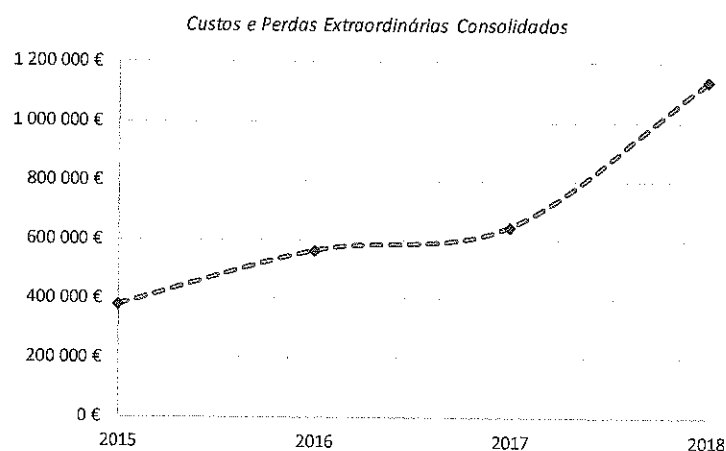


2.1.9. Conta 69 – Custos e Perdas Extraordinários Consolidados

Na conta 69, registam-se os valores considerados extraordinários à atividade normal das entidades a consolidar. Da análise do gráfico podemos concluir que em 2018 se assiste a um aumento da rubrica de Custos Extraordinários consolidados em cerca de 76%, correspondendo a um montante de 490.580 euros.



Diave
PC
CR
U.8
Hes
CS

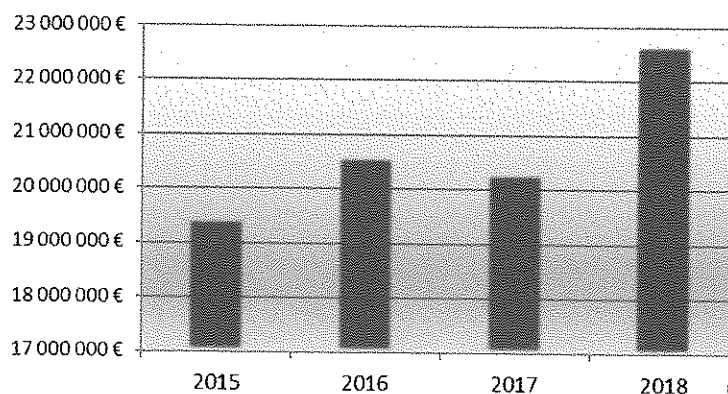
Gráfico 8: Evolução dos Custos Extraordinários consolidados entre 2015 e 2018**2.2. ANÁLISE ÀS CONTAS DE PROVEITOS**

Na classe 7 são registados os proveitos e ganhos que as entidades a consolidar obtêm com a prossecução das suas atribuições.

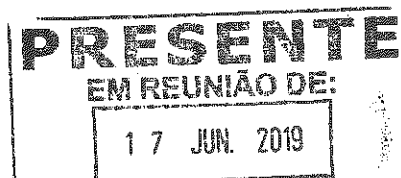
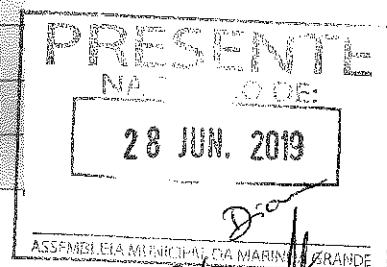
De acordo com os valores apresentados no quadro seguinte, verifica-se que os proveitos totais consolidados têm apresentado uma tendência de aumento desde o ano de 2015. O ano de 2018 vem confirmar esta tendência, verificando-se um acréscimo de cerca de 4,97% face ao ano transato, o que em termos absolutos representa um aumento de 1.210.920 euros.

Quadro 4: Evolução dos Proveitos consolidados entre 2015 e 2018

	2015	2016	2017	2018
Proveitos Totais consolidados	23 206 148 €	24 286 715 €	24 346 081 €	25 557 001 €



Custos Totais consolidados



A classe 7 é composta por sete grandes grupos, os quais tipificam o tipo de proveitos. No quadro seguinte, pode analisar-se a evolução de cada um dos grupos da classe 7 ao longo dos últimos quatro anos, no qual se verifica uma evolução positiva das rubricas de Proveitos Suplementares, Trabalhos para a própria entidade, Impostos e Taxas e Transferências e Subsídios Obtidos.

No entanto, verifica-se que em 2018 as rubricas de Outros Proveitos e Ganhos Operacionais, Proveitos e Ganhos Financeiros, Vendas e Prestação de Serviços e Proveitos e Ganhos Extraordinários registaram um decréscimo comparando com igual período de 2017.

Quadro 5: Evolução global dos proveitos consolidados entre 2015 e 2018

Proveitos e Ganhos Consolidados	2015	2016	2017	%	2018	Variação	
						Absoluta	%
Vendas e prestações de serviços	6 408 119 €	6 519 449 €	7 081 008 €	29%	6 873 748 €	- 207 260 €	-3%
Impostos e taxas	8 318 665 €	8 338 054 €	8 843 297 €	36%	10 155 386 €	1 312 089 €	15%
Trabalhos para a própria entidade	12 206 €	7 069 €	9 471 €	0%	11 512 €	2 041 €	22%
Proveitos suplementares	528 €	3 300 €	3 000 €	0%	11 700 €	8 700 €	290%
Transferências e subsídios obtidos	6 502 220 €	6 601 584 €	6 726 113 €	28%	6 883 894 €	157 781 €	2%
Outros proveitos e ganhos operacionais	9 535 €	12 086 €	12 061 €	0%	4 715 €	- 7 346 €	-61%
Proveitos e ganhos financeiros	116 922 €	154 679 €	109 294 €	0%	80 012 €	- 29 282 €	-27%
Proveitos e ganhos extraordinários	1 837 954 €	2 650 495 €	1 561 838 €	6%	1 536 035 €	- 25 803 €	-2%
Total de Proveitos e Ganhos Consolidados	23 206 148 €	24 286 715 €	24 346 081 €		25 557 001 €	1 210 920 €	

2.2.1. Conta 71 – Vendas e Prestações de Serviços Consolidados

A conta 71 permite contabilizar os proveitos decorrentes da Venda de Bens e Prestações de Serviços, valor que não inclui a taxa de IVA, nem qualquer outro imposto a que esteja sujeitas.

Conforme demonstra o gráfico seguinte esta rubrica apresenta um decréscimo de 3% face ao ano transato, o que em termos absolutos representa uma diminuição de 207.260 euros.

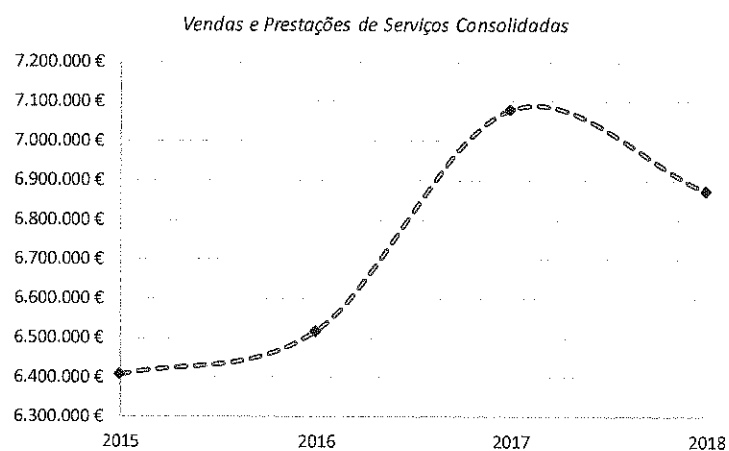
Conforme se verifica no quadro seguinte, a diminuição dos proveitos provenientes das Vendas e das Prestações de Serviços ficou a dever-se à diminuição de ambas as rubricas: Vendas com menos 12% (169.844 euros) e Prestações de Serviços com menos 1% (37.417 euros).

Quadro 6: Distribuição dos Proveitos de Vendas de Bens e Prestações de Serviços entre 2015 e 2018

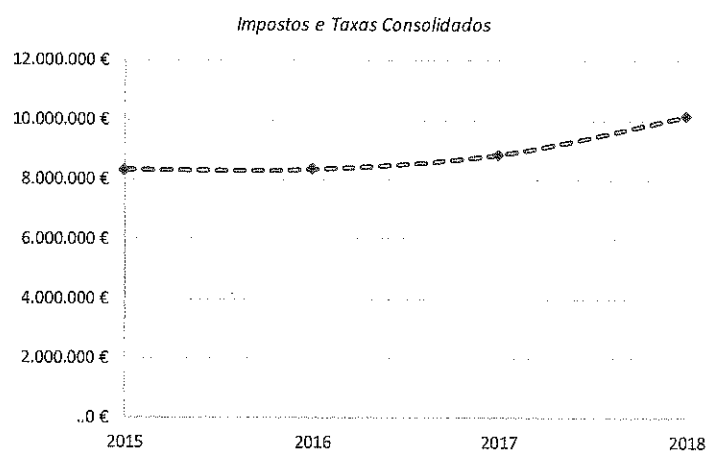
	2015	2016	2017	2018
Venda de bens e Prestações de serviços	6 408 119 €	6 519 449 €	7 081 008 €	6 873 748 €
Vendas	1 206 556 €	1 247 236 €	1 463 414 €	1 293 570 €
Prestações de Serviços	5 201 563 €	5 272 213 €	5 617 594 €	5 580 177 €

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
17 JUN. 2019

PRESENTE
NA SE
28 JUN. 2019
ALCAIDE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

Gráfico 9: Evolução das Vendas e Prestações de Serviços consolidadas entre 2015 e 2018**2.2.2. Conta 72 – Impostos e Taxas Consolidados**

No que respeita à conta 72, pode verificar-se que, de 2017 para 2018, se assistiu a um aumento dos proveitos relativos a impostos e taxas, líquidos de reembolsos, restituições e anulações, cifrando-se essa subida em cerca de 15% face ao ano anterior, o que em termos absolutos representa um acréscimo de 1.312.089 euros.

Gráfico 10: Evolução dos Impostos e Taxas consolidados entre 2015 e 2018

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
17 JUN. 2019
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

PRESENTE
NAS REUNIÕES DE:
28 JUN. 2019
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

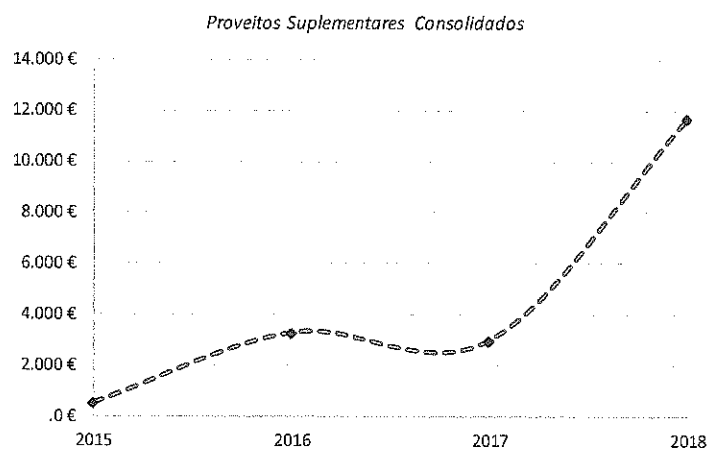
Diário
PLC
28 JUN. 2019
28 JUN. 2019

2.2.3. Conta 73 – Proveitos Suplementares Consolidados

A conta 73 pretende registar os proveitos obtidos com o valor acrescentado das atividades que não sejam próprias dos objetivos das entidades a consolidar.

Na análise efetuada à evolução dos Proveitos Suplementares Consolidados verifica-se no ano de 2018 um aumento de 290% face ao ano anterior, apresentando um acréscimo no montante de 8.700 euros.

Gráfico 11: Evolução dos Proveitos Suplementares consolidados entre 2015 e 2018



2.2.4. Conta 74 – Transferências e Subsídios Obtidos Consolidados

Na conta 74 registam-se as transferências efetuadas e arrecadadas, em cada exercício económico.

A conta 74 regista em 2018, um aumento de cerca de 2%, o que em termos absolutos representa um acréscimo de 157.781 euros.

Este aumento decorre principalmente das transferências provenientes do Orçamento de Estado para o Município da Marinha Grande.

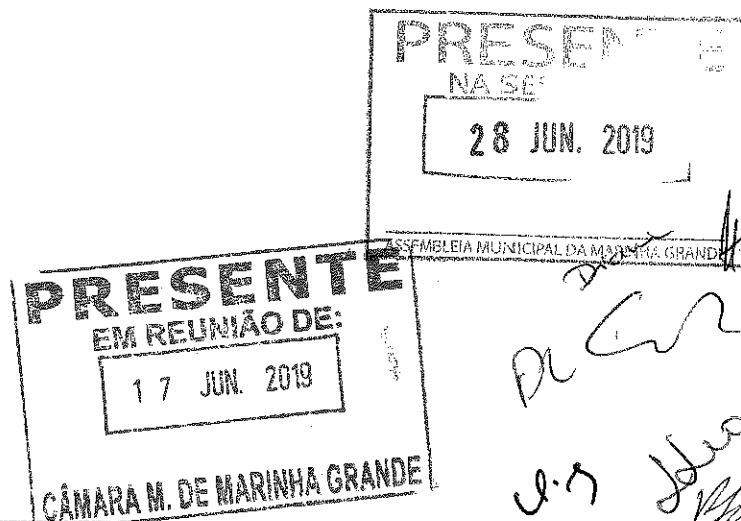
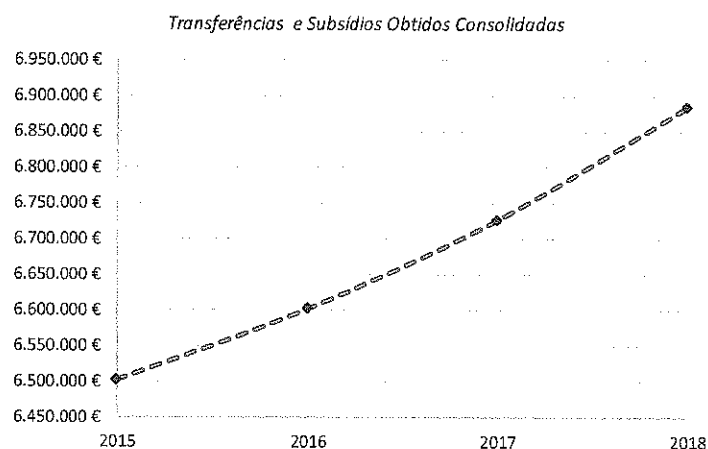
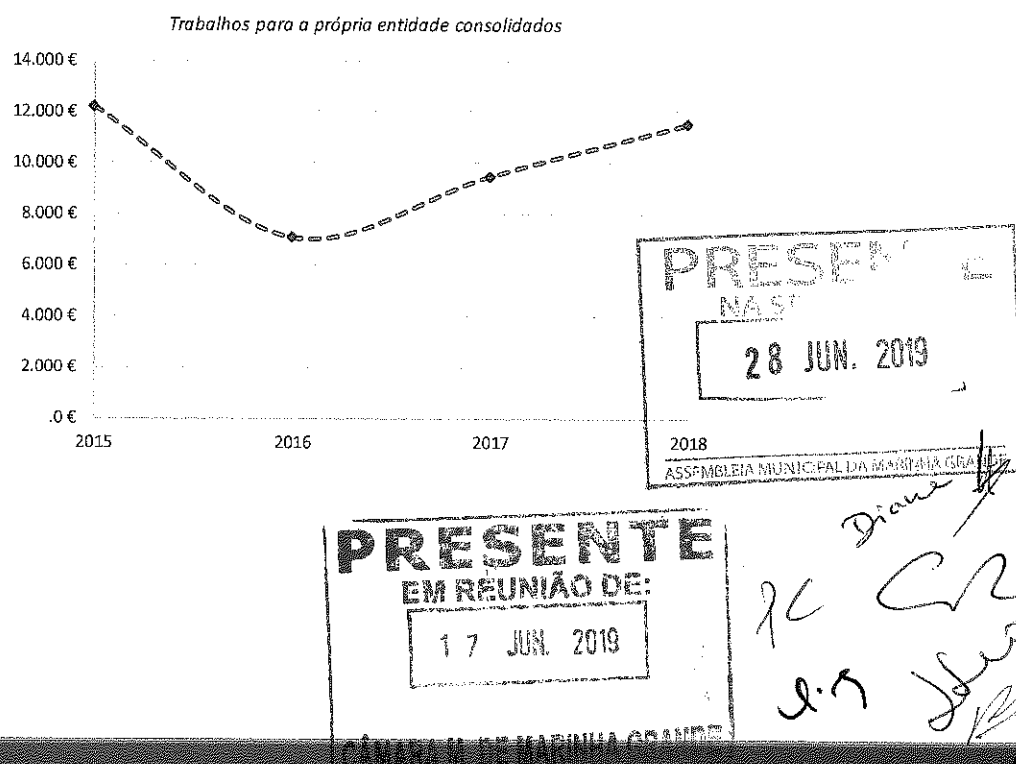


Gráfico 12: Evolução das Transferências e Subsídios Obtidos consolidados entre 2015 e 2018**2.2.5. Conta 75 – Trabalhos para a própria Entidade Consolidados**

A conta 75 regista os trabalhos que as entidades a consolidar realizam para si próprias, trabalhos esses que dependem da administração direta e são realizados através da aplicação de meios próprios e adquiridos para esse efeito e que se destinam ao imobilizado.

Como se pode verificar no gráfico infra, em 2018 os trabalhos para a própria entidade sofreram um aumento de 22%, correspondendo a um valor absoluto de 2.041 euros.

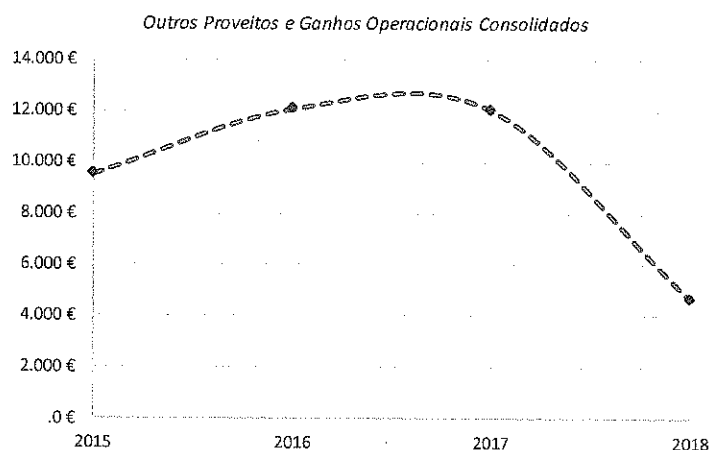
Gráfico 13: Evolução dos Trabalhos para a Própria Entidade consolidados entre 2015 e 2018

2.2.6. Conta 76 – Outros Proveitos e Ganhos Operacionais consolidados

Na conta 76 registam-se os proveitos de outras atividades desenvolvidas pelas entidades a consolidar.

Como se pode verificar pelo gráfico seguinte, o valor da conta 76 apresenta uma diminuição em 2018 de cerca de 61%.

Gráfico 14: Evolução dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais consolidados entre 2015 e 2018



2.2.7. Conta 78 – Proveitos e Ganhos Financeiros consolidados

A conta 78 deve refletir os Proveitos e Ganhos Financeiros das entidades a consolidar, conta esta que deve estar desagregada de acordo com a sua origem.

No ano de 2018 assistiu-se a um decréscimo de cerca de 27% desta rubrica, o que corresponde, em termos absolutos a uma diminuição de 29.282 euros.

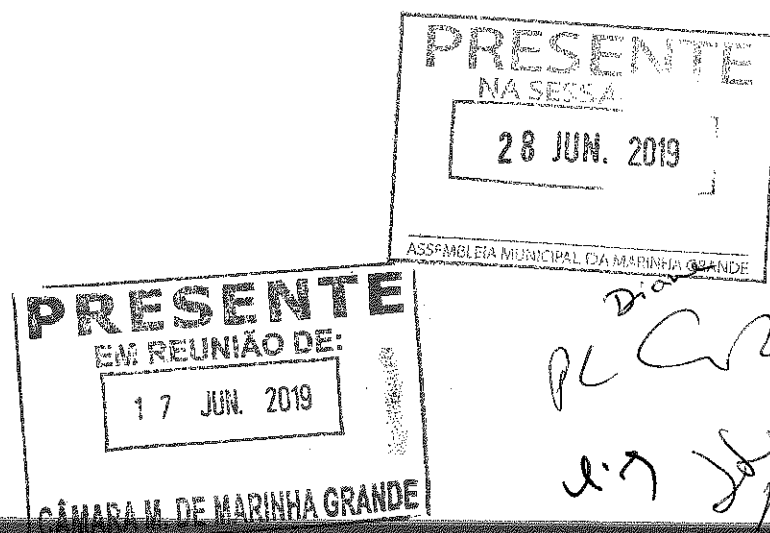
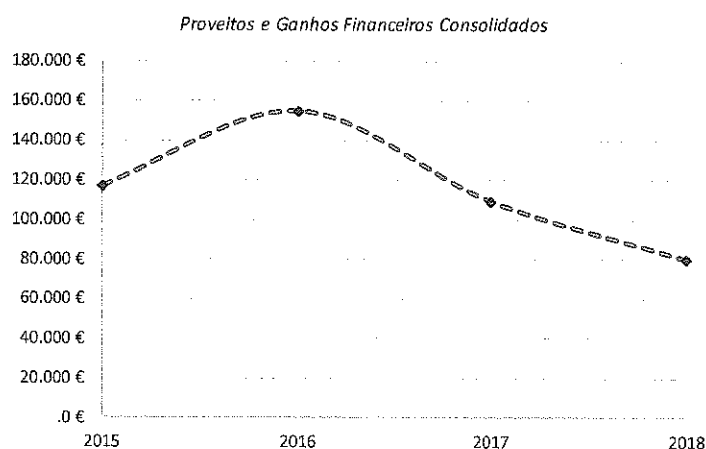
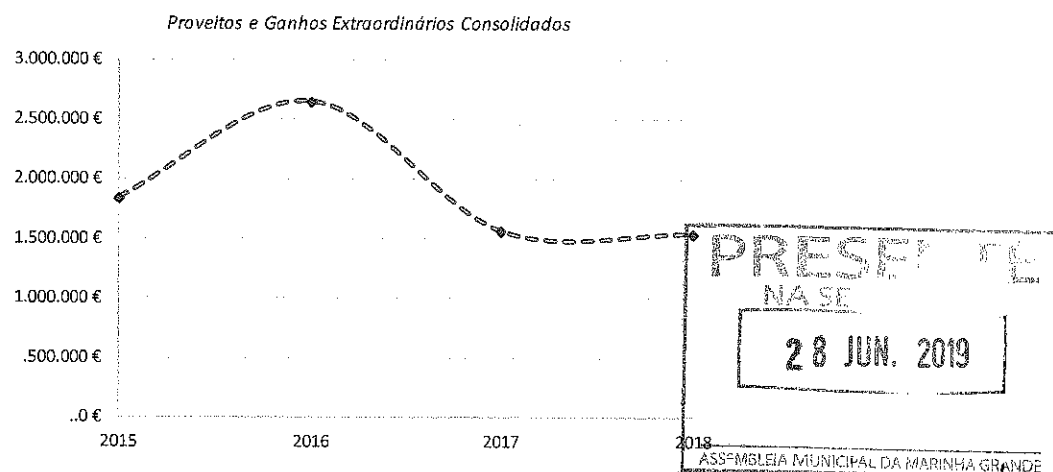


Gráfico 15: Evolução dos Proveitos e Ganhos Financeiros consolidados entre 2015 e 2018**2.2.8. Conta 79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários Consolidados**

A conta 79 regista os valores considerados extraordinários à atividade normal das entidades, em termos de proveitos, sendo que a diferença entre elas permite apurar os resultados extraordinários.

Face aos valores apresentados, verifica-se que no ano de 2018 se assiste a uma diminuição da rubrica dos Proveitos e Ganhos Extraordinários face ao ano anterior em cerca de 2%.

Gráfico 16: Evolução dos Proveitos e Ganhos Extraordinários consolidados entre 2015 e 2018

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
17 JUN. 2019

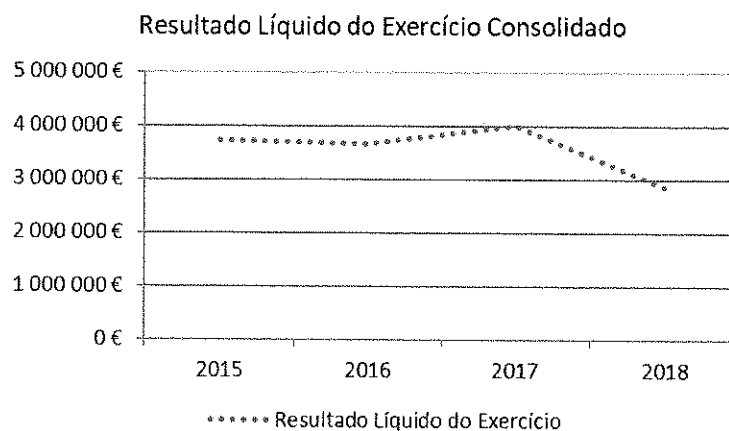
Dr. *[assinatura]*
PL *[assinatura]*
J. S. *[assinatura]*
J. S. *[assinatura]*

2.3. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO CONSOLIDADO

O quadro seguinte mostra a evolução do Resultado Líquido do Exercício desde 2015, podendo-se verificar que o Resultado Líquido Consolidado apurado no ano de 2018 apresenta um decréscimo face a igual período de 2017.

Quadro 7: Evolução do Resultado Líquido do Exercício consolidado entre 2015 e 2018

	2015	2016	2017	2018
Resultado Líquido do Exercício	3 736 169 €	3 665 976 €	4 015 896 €	2 852 578 €



No ano de 2018, verifica-se uma diminuição nos Resultados Operacionais, nos Resultados Correntes e nos Resultados Financeiros. Tal variação resulta na diminuição do resultado líquido do exercício, de cerca de 29%, comparativamente ao apurado no ano transato, o que corresponde a um acréscimo de 1.163.318 euros, em termos absolutos.

Quadro 8: Evolução dos Resultados Operacionais, Financeiros e Correntes consolidados entre 2015 e 2018

	2015	2016	2017	2018
Resultados Operacionais	2 260 550 €	1 485 600 €	3 018 432 €	2 388 398 €
Resultados Financeiros	15 298 €	92 395 €	80 533 €	63 632 €
Resultados Correntes	2 275 848 €	1 577 996 €	3 098 964 €	2 452 030 €

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
17 JUN. 2019
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

PRESENTE
NA SESSÃO DE:
28 JUN. 2019
Diário
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE
PL. C. 2
e. 7

2.6. INDICADORES DE GESTÃO PATRIMONIAL

Os indicadores de natureza patrimonial apresentam sinais da evolução da situação financeira de uma entidade, permitindo avaliar a sua capacidade de endividamento.

No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público, que representa cerca de 26,12% do ativo total do Município da Marinha Grande e 26,02% do ativo total do grupo municipal.

Deste modo, importa avaliar a evolução dos indicadores de gestão patrimonial relativamente ao grupo público municipal.

2.6.1. Rácios de Liquidez

Estes rácios indicam a rapidez com que o grupo público municipal transforma os seus ativos em dinheiro, tornando-os líquidos. Para apuramento dos rácios importa definir o "Ativo Circulante" e "Passivo Circulante".

O "Ativo Circulante" representa o total de Ativos relativos ao ciclo operacional das entidades consolidadas, ou seja, existências, dívidas de terceiros, Depósitos Bancários e Caixa.

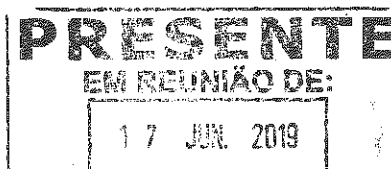
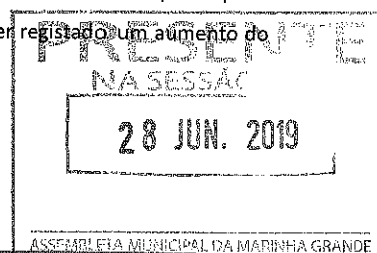
No "Passivo Circulante" são consideradas as dívidas decorrentes da atividade operacional das entidades consolidadas, nomeadamente, dívidas a terceiros.

Liquidez Geral

O indicador de **Liquidez Geral** mede a cobertura do ativo circulante consolidado pelo passivo circulante consolidado. Através da análise dos dados constantes no quadro seguinte pode verificar-se que este indicador apresentava uma tendência de crescimento, no entanto em 2018 verifica-se uma ligeira diminuição do indicador. Considerando que o valor é superior à unidade, significa que o ativo circulante consolidado é superior ao passivo circulante consolidado em 13.945.109 euros. No que respeita às suas componentes verifica-se que o decréscimo do indicador se ficou a dever ao facto de se ter registado um aumento do denominador (+133.697 euros) e do numerador (+450.930 euros).

Quadro 9: Liquidez Geral consolidada entre 2015 e 2018

	2015	2016	2017	2018
Ativo Circulante Consolidado	10 897 136 €	12 113 911 €	14 905 042 €	15 355 972 €
Passivo Circulante Consolidado	1 638 446 €	1 456 318 €	1 277 166 €	1 410 863 €
Liquidez Geral	6,65	8,32	11,67	10,88



Liquidez Reduzida

O indicador de **Liquidez Reduzida** complementa a informação anterior. Pretende-se com este rácio avaliar a capacidade do grupo público municipal para fazer face às suas obrigações de curto prazo utilizando para isso o ativo circulante consolidado deduzido do valor das existências. Através da análise dos dados constantes no quadro seguinte pode verificar-se este indicador apresentava uma tendência de crescimento, no entanto, no ano de 2018 regista-se uma descida do indicador. No que respeita às suas componentes verifica-se que a diminuição do indicador se ficou a dever ao facto de se ter registado um aumento tanto do denominador como do numerador, 133.697 euros e 407.918 euros respetivamente.

Quadro 10: Liquidez Reduzida consolidada entre 2015 e 2018

	2015	2016	2017	2018
Ativo Circulante Consolidado	10 897 136 €	12 113 911 €	14 905 042 €	15 355 972 €
Existências Consolidadas	242 360 €	206 808 €	184 472 €	227 484 €
Passivo Circulante Consolidado	1 638 446 €	1 456 318 €	1 277 166 €	1 410 863 €
Liquidez Reduzida	6,50	8,18	11,53	10,72

Liquidez Imediata

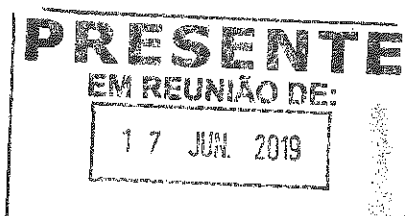
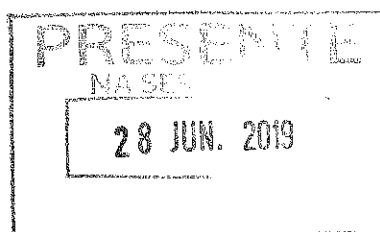
Por sua vez, o indicador de **Liquidez Imediata** mede a capacidade do grupo público municipal para fazer face às suas dívidas de curto prazo recorrendo exclusivamente às suas disponibilidades. Face aos valores apresentados podemos verificar que o grau de liquidez imediata apresenta, em 2018, um valor superior à unidade. Quer isto dizer que em 2018 se o grupo público municipal tivesse de solver de imediato os seus compromissos de curto prazo não se iria deparar com grandes problemas de tesouraria dado que as disponibilidades são superiores ao passivo circulante em 12.685.986 euros.

Quadro 11: Liquidez Imediata consolidada entre 2015 e 2018

	2015	2016	2017	2018
Disponibilidades Consolidadas	8 602 685 €	10 958 808 €	13 761 015 €	14 096 849 €
Passivo Circulante Consolidado	1 638 446 €	1 456 318 €	1 277 166 €	1 410 863 €
Liquidez Geral	5,25	7,53	10,77	9,99

2.6.2. Rácio de Solvabilidade

O indicador de solvabilidade mede a capacidade financeira global que as entidades têm para solver a totalidade dos seus compromissos, isto é, evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida de curto, médio e longo prazo.



Diário
PL
J. J. João
Res

Da análise dos valores apresentados no quadro seguinte verifica-se que este rácio tem apresentado valores superiores à unidade, com tendência a aumentar, sendo o ano de 2018 o que apresenta o valor mais alto do período em análise o que significa que o grupo público municipal tem vindo a diminuir a sua dependência em relação aos credores.

Quadro 12: Rácio de Solvabilidade consolidado entre 2015 e 2018

	2015	2016	2017	2018
Fundo Patrimonial Consolidado	91 401 143 €	95 394 900 €	99 404 449 €	101 317 217 €
Passivo Consolidado	31 843 994 €	27 825 181 €	26 267 985 €	25 972 322 €
Solvabilidade	2,87	3,43	3,78	3,90

2.6.3 Rácio da Autonomia Financeira

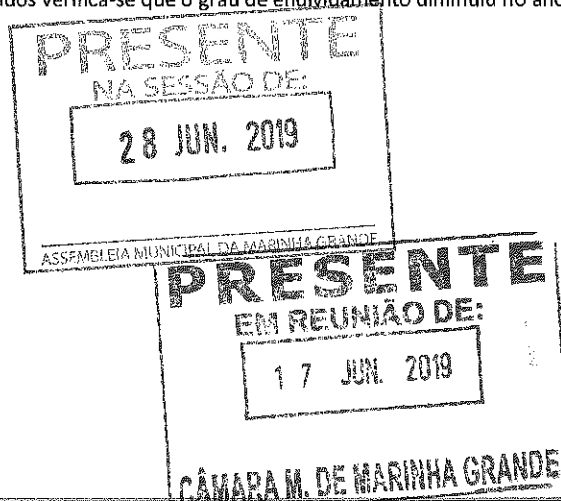
Este indicador evidencia a parte do ativo que é coberto pelo fundo patrimonial. De acordo com os valores apresentados no quadro infra pode verificar-se que o grau de autonomia financeira tem apresentado um ligeiro aumento desde o ano de 2014. O rácio da Autonomia Financeira tem vindo a apresentar alterações significativas desde 2015 considerando que se verificou um aumento do numerador superior ao aumento do denominador, tendo no ano de 2018 apresentando uma taxa de crescimento 0,63%.

Quadro 13: Rácio da Autonomia Financeira consolidado entre 2015 e 2018

	2015	2016	2017	2018
Fundo Patrimonial Consolidado	91 401 143 €	95 394 900 €	99 404 449 €	101 317 217 €
Ativo Líquido Consolidado	123 245 138 €	123 220 081 €	125 672 434 €	127 289 538 €
Autonomia Financeira	0,74	0,77	0,79	0,80

2.6.4. Rátios de Endividamento

O rácio de **Endividamento** consolidado mede o peso dos capitais alheios no financiamento das atividades do grupo público municipal. Da análise dos valores apresentados verifica-se que o grau de endividamento diminuiu no ano de 2018.



Diante
PC
28
JUN 2019
JUN 2019

Quadro 14: Rácio do Endividamento Consolidado entre 2015 e 2018

RÁCIOS DE ENDIVIDAMENTO	2015	2016	2017	2018
Passivo Consolidado	31 843 994 €	27 825 181 €	26 267 985 €	25 972 322 €
Ativo Líquido Consolidado	123 245 138 €	123 220 081 €	125 672 434 €	127 289 538 €
	0,26	0,23	0,21	0,20

O indicador de **Endividamento – Empréstimos de Médio e Longo Prazo** consolidado permite averiguar o grau de dependência do ativo líquido total do grupo público municipal relativamente aos empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelas entidades. Da análise dos valores apresentados verifica-se que o grau de endividamento relativamente aos empréstimos de médio e longo prazo tem vindo gradualmente a descer ao longo dos últimos quatro anos, sendo que 2018 é o ano em que o indicador apresenta o valor mais baixo do período em análise. Este comportamento é justificado pela amortização gradual dos empréstimos contraídos pelas entidades.

Quadro 15: Rácio do Endividamento - Empréstimos de Médio e Longo Prazo consolidado entre 2015 e 2018

RÁCIO DE ENDIVIDAMENTO - EMPRÉSTIMOS DE MLP	2015	2016	2017	2018
Empréstimos de MLP Consolidados	1 528 462 €	1 016 519 €	759 723 €	502 670 €
Ativo Líquido Consolidado	120 824 234 €	123 220 081 €	125 672 434 €	127 289 538 €
	0,013	0,008	0,006	0,004

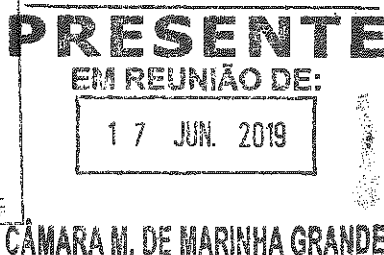
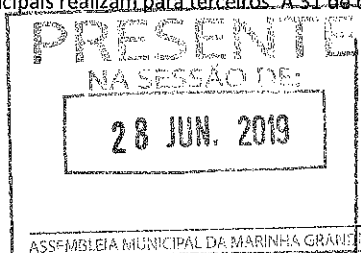
2.5. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

No resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo municipal como um todo verifica-se que as entradas de fundos correspondem a 26.912.943 euros, dos quais 25.060.196 euros são provenientes de receitas orçamentais e 1.852.747 euros de Operações de Tesouraria.

Desta forma, sendo a Despesa Global, em termos orçamentais de 24.977.031 euros, inferior à receita efetivamente cobrada em 83.165 euros e existindo um saldo inicial de 13.089.462 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 13.172.627 euros.

As Operações de Tesouraria são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial, sendo consideradas Operações de Tesouraria as cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros. A 31 de dezembro de 2018 o saldo de Operações de Tesouraria é de 934.222 euros.



Diário
PL
C
R
A
J
G
M
S

3. EVOLUÇÃO DA GESTÃO DO CONJUNTO DAS ENTIDADES COMPREENDIDAS NA CONSOLIDAÇÃO

3.1 ANÁLISE AO BALANÇO

O Balanço Consolidado apresenta a situação do património do Grupo à data de encerramento do exercício de 2018, dando a conhecer o Ativo do mesmo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica e o Passivo e Capital Próprio do Grupo, que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

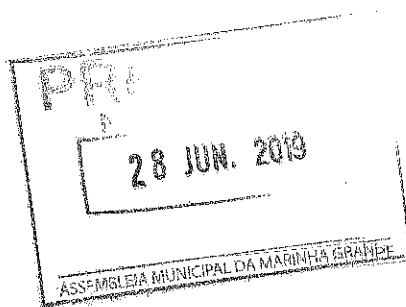
A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado ou Ativo Fixo e Ativo Circulante. Por sua vez, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

Define-se como ativo circulante o grupo de contas que representa bens e direitos suscetíveis de serem convertidos em dinheiro, nomeadamente, existências, dívidas de terceiros de curto prazo, acréscimos e diferimentos, depósitos bancários e caixa. O passivo circulante mostra as obrigações de curto prazo das entidades consolidadas.

Apresentamos, de seguida uma súmula do Balanço Consolidado da Gerência de 2018.

Quadro 16: Mapa - Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado – Ativo

Ativo consolidado	2015	2016	2017	%	Varia.	2018	%	Varia.
Imobilizado	111 398 406 €	109 951 421 €	109 393 965 €	87%	-1%	109 915 203 €	86%	0%
Bens do domínio Público	35 080 324 €	33 865 978 €	32 721 365 €	26%	-3%	33 112 467 €	26%	1%
Imobilizações Incorpóreas	267 991 €	209 324 €	254 451 €	0%	22%	163 852 €	0%	-36%
Imobilizações Corpóreas	73 982 019 €	73 812 759 €	74 359 362 €	59%	1%	74 970 714 €	59%	1%
Investimentos Financeiros	2 068 072 €	2 063 360 €	2 058 786 €	2%	0%	1 668 170 €	1%	-19%
Circulante	11 846 731 €	13 268 660 €	16 278 469 €	13%	23%	17 374 335 €	14%	7%
Existências	242 360 €	206 808 €	184 472 €	0%	-11%	227 484 €	0%	23%
Dívidas de Terceiros CP	2 052 091 €	948 295 €	959 555 €	1%	1%	1 031 639 €	1%	8%
Disponibilidades	8 602 685 €	10 958 808 €	13 761 015 €	11%	26%	14 096 849 €	11%	2%
Acréscimos e Diferimentos	949 595 €	1 154 750 €	1 373 428 €	1%	19%	2 018 364 €	2%	47%
TOTAL DO ATIVO	123 245 138 €	123 220 081 €	125 672 434 €	100%	2%	127 289 538 €	100%	1%



Diante
 R. C. 21
 J. 7
 J. 7
 J. 7

Quadro 17: Mapa - Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado – Fundos Próprios e passivo

Capital Próprio e Passivo	2015	2016	2017	%	Varia.	2018	%	Varia.
Capital Próprio	91 401 143 €	95 394 900 €	99 404 449 €	79%	4%	101 317 217 €	80%	2%
Património	52 874 487 €	53 061 111 €	52 778 246 €	42%	-1%	51 821 503 €	41%	-2%
Doações	8 249 994 €	8 569 103 €	8 660 866 €	7%	1%	8 842 574 €	7%	2%
Reservas	1 636 996 €	1 552 013 €	1 962 777 €	2%	26%	2 070 464 €	2%	5%
Resultados Transitados	24 903 497 €	28 546 698 €	31 986 664 €	25%	12%	35 730 097 €	28%	12%
Resultado Líquido Exercício	3 736 169 €	3 665 976 €	4 015 896 €	3%	10%	2 852 578 €	2%	-29%
Passivo	31 843 994 €	27 825 181 €	26 267 985 €	21%	-6%	25 972 322 €	20%	-1%
Provisões	654 160 €	229 609 €	307 437 €	0%	34%	525 996 €	0%	71%
Dívidas a terceiros MLP	3 586 081 €	1 552 993 €	1 162 079 €	1%	-25%	502 670 €	0%	-57%
Dívidas a Terceiros CP	1 638 446 €	1 456 318 €	1 277 166 €	1%	-12%	1 410 863 €	1%	10%
Acréscimos e Diferimentos	25 965 306 €	24 586 262 €	23 521 303 €	19%	-4%	23 532 793 €	18%	0,05%
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	123 245 138 €	123 220 081 €	125 672 434 €	102%	2%	127 289 538 €	100%	1%

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço do Município da Marinha Grande permite verificar o forte peso da entidade-mãe, cuja representatividade é superior a 99,62%.

Pela análise do Balanço Consolidado, verifica-se um acréscimo do Ativo Total em cerca de 1%. O ativo circulante apresentou um aumento face a 2017 de 7%, o qual se ficou a dever ao aumento dos Acréscimos e Diferimentos (+47%) e das Disponibilidades, que em conjunto registaram um aumento em termos absolutos de 980.770 euros.

Em termos de estrutura do Ativo, verificou-se uma alteração na repartição entre Ativo Fixo e Ativo Circulante, sendo que o Ativo Circulante aumentou o seu peso percentual em relação ao Ativo Fixo na ordem dos 0,7%, passando a corresponder a 14% do Ativo Total.

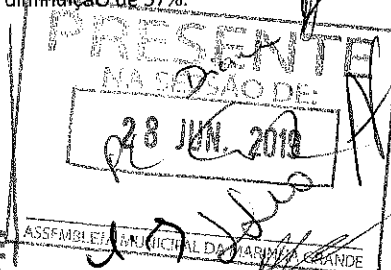
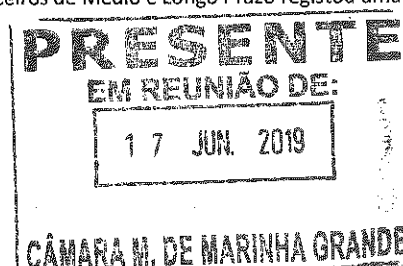
Em termos de Ativo Fixo, que na estrutura do ativo consolidado em 2018 tem um peso de 86%, a posição do município apresenta um peso ligeiramente superior (87%).

Na divisão do Passivo, entre Fundos Próprios e Passivo, houve uma ligeira alteração, sendo que os Fundos Próprios aumentaram o seu peso em 0,5%, tendo o Passivo diminuído em igual percentagem.

Na estrutura dos Fundos Próprios, que no final do exercício apresentava o montante de 101.317.217 euros, o destaque vai para a rubrica correspondente ao Património do grupo municipal que tem um peso de 51% neste agregado.

Ao nível do Passivo, verifica-se um aumento da maioria das rubricas, nomeadamente, Provisões (71%), Dívidas a Terceiros de Curto Prazo (10%) e dos Acréscimos e Diferimentos (0,05%).

De referir que no ano de 2018 a rubrica de Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo registou uma diminuição de 57%.



3.2 ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

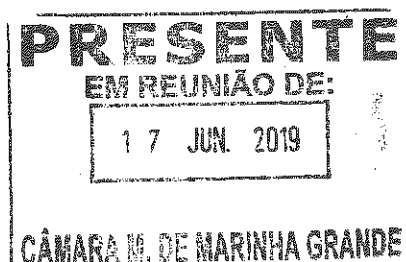
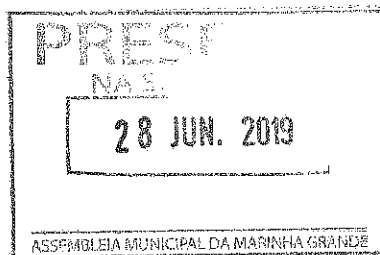
O objetivo principal da Demonstração de Resultados é o de aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a antever a capacidade da autarquia em gerar fluxos de caixa.

Pela análise do quadro seguinte, podemos verificar que se assistiu a um acréscimo, quer dos Custos e Perdas, quer dos Proveitos.

De seguida, apresenta-se um mapa resumo da Demonstração de Resultados Consolidada, no qual, para além de ser passível de análise o peso percentual de cada conta no contexto dos Custos e Perdas e dos Proveitos e Ganhos para 2018, pode verificar-se também a variação percentual relativamente ao ano 2017.

Quadro 18: Mapa - Síntese da Estrutura da Demonstração de Resultados Consolidada – Custos e Perdas

Custos e Perdas	2015	2016	2017	%	Varia.	2018	%	Varia.
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	197 691 €	193 825 €	235 462 €	1%	21%	169 097 €	1%	-28%
Fornecimentos e Serviços Externos	7 583 420 €	8 165 204 €	8 018 890 €	33%	-2%	8 934 761 €	35%	11%
Custos C/ Pessoal	5 394 824 €	5 362 813 €	5 435 587 €	22%	1%	5 843 307 €	23%	8%
Transf. E Subsídios Correntes	1 290 336 €	1 287 596 €	1 497 922 €	6%	16%	1 692 098 €	7%	13%
Amortizações do Exercício	4 344 796 €	4 516 581 €	4 189 246 €	17%	-7%	4 411 889 €	17%	5%
Provisões do Exercício	64 814 €	343 656 €	147 005 €	1%	-57%	218 019 €	1%	48%
Outros Custos e Perdas Operacionais	114 841 €	126 265 €	132 406 €	1%	5%	283 386 €	1%	114%
Custos e Perdas Operacionais	18 990 722 €	19 995 941 €	19 656 517 €	81%	-2%	21 552 556 €	84%	10%
Custos e Perdas Financeiras	101 624 €	62 284 €	28 761 €	0%	-54%	16 380 €	0%	-43%
Custos e Perdas Correntes	19 092 346 €	20 058 225 €	19 685 279 €	81%	-2%	21 568 936 €	84%	10%
Custos e Perdas Extraordinárias	377 634 €	562 514 €	644 906 €	3%	15%	1 135 487 €	4%	76%
Custos e Perdas Operacionais e Extraordinárias	19 469 980 €	20 620 739 €	20 330 185 €	84%	-1%	22 704 423 €	89%	12%
Resultado Líquido do Exercício	3 736 169 €	3 665 976 €	4 015 896 €	16%	10%	2 852 578 €	11%	-29%
TOTAL CUSTOS E PERDAS	23 206 148 €	24 286 715 €	24 346 081 €	100%	0%	25 557 001 €	100%	5%



Diante A
PL Cruz A
17 Jun
[Signature]

Quadro 19: Mapa - Síntese da Estrutura da Demonstração de Resultados Consolidada – Proveitos e Ganhos

Proveitos e Ganhos	2015	2016	2017	%	Varia.	2018	%	Varia.
Vendas e prestações de serviços	6 408 119 €	6 519 449 €	7 081 008 €	29%	9%	6 873 748 €	27%	-3%
Impostos e taxas	8 318 665 €	8 338 054 €	8 843 297 €	36%	6%	10 155 386 €	40%	15%
Trabalhos para a própria entidade	12 206 €	7 069 €	9 471 €	0%	34%	11 512 €	0%	22%
Proveitos suplementares	528 €	3 300 €	3 000 €	0%	0%	11 700 €	0%	0%
Transferências e subsídios obtidos	6 502 220 €	6 601 584 €	6 726 113 €	28%	2%	6 883 894 €	27%	2%
Outros proveitos e ganhos operacionais	9 535 €	12 086 €	12 061 €	0%	0%	4 715 €	0%	-61%
Proveitos e Ganhos Operacionais	21 251 273 €	21 481 541 €	22 674 949 €	93%	6%	23 940 954 €	94%	6%
Proveitos e ganhos financeiros	116 922 €	154 679 €	109 294 €	0%	-29%	80 012 €	0%	-27%
Proveitos e ganhos correntes	21 368 194 €	21 636 221 €	22 784 243 €	94%	5%	24 020 966 €	94%	5%
Proveitos e ganhos extraordinários	1 837 954 €	2 650 495 €	1 561 838 €	6%	-41%	1 536 035 €	6%	-2%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	23 206 148 €	24 286 715 €	24 346 081 €	100%	0%	25 557 001 €	100%	5%

Em termos globais, comparando Custos e Perdas com Proveitos e Ganhos, verifica-se um saldo positivo sendo que tal diferença é traduzida pelo Resultado Líquido do Exercício de 2018, que se cifrou em 2.852.578 euros.

Analisada a estrutura da Demonstração de Resultados, verificam-se alterações na repartição do peso percentual de cada uma das Contas que o integram.

Os Custos e Perdas Operacionais são os que têm, de longe, o maior peso (84%), registando um aumento do seu peso percentual em 4%, face ao ano transato.

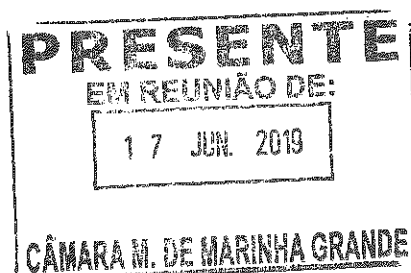
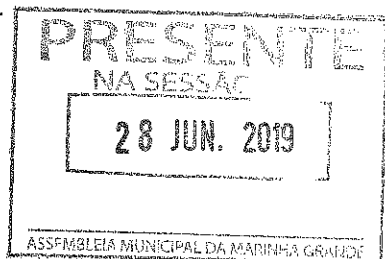
Podemos constatar que os Outros Custos e Perdas Operacionais, as Provisões do Exercício, as Transferência e Subsídios Correntes, Fornecimentos e Serviços Externos, os Custos com o Pessoal, e as Amortizações do Exercício são as contas que contribuem para o referido aumento percentual.

As contas relativas a CMVMC registaram uma diminuição face ao ano de 2017 de 28%.

Os Custos e Perdas Financeiros apresentam um decréscimo de 43%, o que corresponde em termos absolutos a uma diminuição de 12.381 euros. No que respeita aos Custos e Perdas Extraordinários, estes apresentaram um acréscimo de 76%, face ao ano de 2017, o que corresponde em termos absolutos a um aumento de 490.580 euros.

Quanto aos Proveitos e Ganhos, constata-se que os Proveitos e Ganhos Operacionais sofreram um aumento de 6% face ao ano transato ao contrário dos Proveitos e Ganhos Financeiros e dos Proveitos e Ganhos Extraordinários que sofreram um decréscimo de 27% e 2% respetivamente.

De salientar o peso que os Impostos e Taxas assumem no total dos proveitos, sendo responsáveis por 40% dos proveitos do grupo municipal.



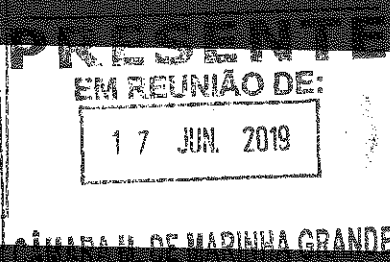
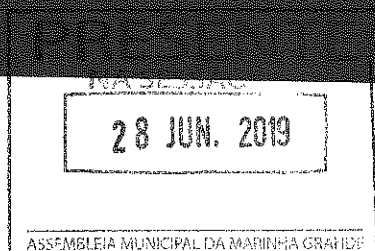
Diante
PL Cur
J.7
João
PL



Documentos de Prestação de Contas Consolidadas

2018

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas



Diante
PL
Cur
João
AF
u.8

4. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**4.1 INTRODUÇÃO**

O Município da Marinha Grande apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, relativamente ao exercício de 2018, reportado a 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo público municipal foram efetuadas segundo as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual é aprovada a orientação n.º 1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação de contas.

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio longo prazo, bem como Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.

4.2 INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS*4.2.1 Entidades incluídas na consolidação***Município da Marinha Grande**

Sede social: Praça Guilherme Stephens

2430-522 Marinha Grande

Atividade Principal: Atividades desempenhadas no âmbito das competências atribuídas

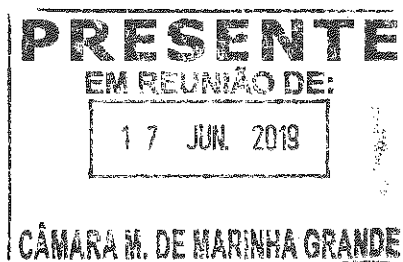
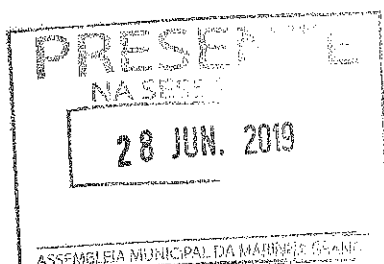
TUMG

TUMG-Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M. Unipessoal, S.A.

Sede social: Rua Pereira Crespo

2430-243 Marinha Grande

Atividade Principal: O principal objetivo é a dinamização dos transportes urbanos na Marinha Grande, no sentido de dar resposta às necessidades das deslocações da população relacionadas com as atividades comerciais, de serviços, da vida social e do lazer, e também como alternativa às deslocações pendulares casa / trabalho / casa e casa / escola / casa.



Diante
PL
C
R
A
F
u.5
J
L
M
A
F

4.3 INFORMAÇÕES DE PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

A imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho económico e dos fluxos de caixa das demonstrações financeiras consolidadas só será assegurada se as entidades consolidadas prepararem as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com princípios e critérios contabilísticos uniformes.

Para garantir uma uniformização da informação das duas entidades incluídas no perímetro de consolidação foi convertido para o POCAL, através de reclassificações e ajustamentos que se revelam necessários, os documentos de prestação de contas da entidade consolidada, uma vez que os seus documentos são concebidos em SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

O Município da Marinha Grande utiliza no processo de consolidação o método de consolidação integral.

4.4 INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

Considerando o perímetro de consolidação definido pela Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, as Demonstrações Financeiras (DF'S) apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

No decurso de 2018 não existiram alterações ao conjunto de entidades incluídas no perímetro de consolidação.

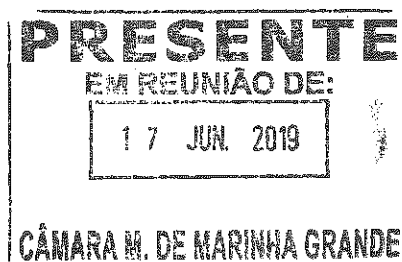
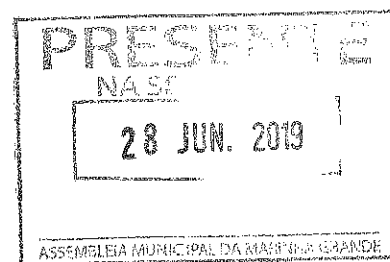
4.5 INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO:

Extra contabilisticamente foram efetuados aumentos e diminuições nas rubricas de DF'S, tendo em vista:

- I) A eliminação das Participações Financeiras;
- II) A eliminação de transações recíprocas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- III) Harmonização contabilística das amortizações e provisões;
- IV) A eliminação dos saldos entre estas mesmas entidades.

4.6 INFORMAÇÕES SOBRE O ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

O grupo municipal apresenta o endividamento de médio longo prazo da seguinte forma:



Handwritten signatures and initials:
 PL Diame
 J. S.
 João
 [Other illegible signatures]

Quadro 20: Endividamento consolidado de médio e longo prazos

Código / Designação das contas	Município da Marinha Grande	TUMG, E.M.	Total	Eliminação de créditos / dívidas recíprocas	Grupo público consolidado
1	2	3	4=2+3	5	6=4-5
Instituições de Crédito	502 670 €	- €	502 670 €	- €	502 670 €
Fornecedores de Leasing	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Credores	- €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	502 670 €	- €	502 670 €	- €	502 670 €

4.7 INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS

Os saldos e fluxos financeiros da entidade consolidante e consolidada resultam no seguinte mapa.

Quadro 21: Saldo e fluxos financeiros consolidados

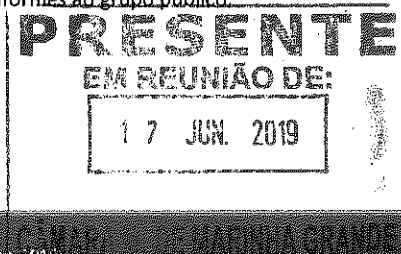
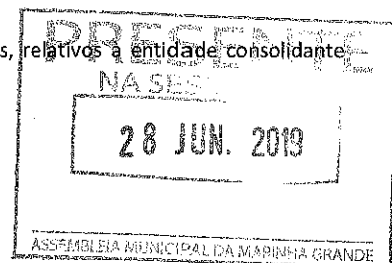
Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gerência anterior	13 760 975 €	Despesas Orçamentais	24 977 031 €
Execução orçamental	13 089 462 €	Correntes	17 469 766 €
Operações de tesouraria	671 513 €	Capital	7 507 265 €
Receitas orçamentais	25 060 196 €	Operações de Tesouraria	1 590 038 €
Correntes	24 453 342 €	Saldo para a gerência seguinte	14 106 849 €
Capital	571 357 €		
Outras	35 498 €	Execução orçamental	13 172 627 €
Operações de tesouraria	1 852 747 €	Operações de tesouraria	934 222 €
Total	40 673 917 €	Total	40 673 917 €

4.8 INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

Os compromissos assumidos pelo Município da Marinha Grande para exercícios futuros, relativos a entidade consolidante, figuram todos no balanço consolidado.

4.9 INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram cumpridos critérios valorimétricos que constam do ponto 4 do POAL, nomeadamente o ponto 4.1 - Imobilizações. Nas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público.



Handwritten signatures and initials: Diame, RL, Cur, João, and others.

4.9.1 Imobilizações

Os bens do imobilizado do grupo público municipal foram valorizados pelo seu custo de aquisição ou de produção.

4.9.2 Locação Financeira

No ano de 2018 não existem quaisquer bens adquiridos em regime de Locação Financeira

4.9.3 Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

Quadro 22: Mapa de Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas Consolidado

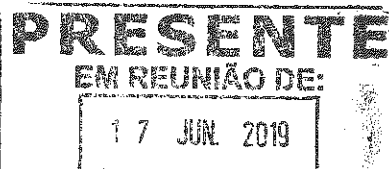
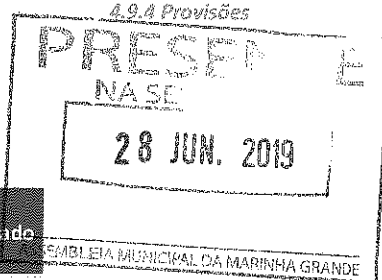
	Município da Marinha Grande		TUMG	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total Consolidado
Existência Inicial	44 293 €	163 589 €	- €	207 882 €
Compras	16 297 €	196 452 €	- €	212 750 €
Regularizações Negativas	467 €	444 €	- €	911 €
Regularizações Positivas	116 €	154 €	- €	271 €
Existências Finais	47 048 €	203 846 €	- €	250 895 €
CMVMC	13 191 €	155 906 €	- €	169 097 €

4.9.4 Provisões

O saldo das provisões consolidado no ano de 2018 ascende a 2.298.049 euros.

Quadro 23: Mapa de Provisões Consolidado

Conta	Descrição	Saldo Consolidado
19	Provisões para aplicação tesouraria	- €
291	Provisões para cobrança duvidosa	1 748 643 €
292	Provisões para riscos e encargos	525 996 €
39	Provisões para depreciação de existências	23 411 €
49	Provisões para investimentos financeiros	- €
TOTAL		2 298 049 €



Handwritten signatures and initials: Diana, RL, CR, A, J7, Jho, BZ.

4.9.5 Disponibilidades

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários ambos imediatamente realizáveis.

4.9.6 Outra informação considerada relevante

- *Acréscimos e diferimentos*

Acréscimos de Proveitos: nesta conta foram registados os proveitos do exercício de 2018 para os quais ainda não existe documentação vinculativa, e cuja receita só irá ocorrer no ano de 2019 ou seguintes, como são os casos dos juros a receber provenientes de impostos, taxas e transferências.

No ano de 2018, a conta 27.1 de acréscimos de proveitos regista o montante consolidado de 791.000 euros, sendo de realçar que 325.154 euros respeitam a impostos diretos e 407.907 euros a faturas emitidas em 2019 relativas a consumo de água, serviços de saneamento, de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU's) e outros similares do ano de 2018.

Custos Diferidos: nesta conta foram registados os custos que devem ser reconhecidos nos anos seguintes, mas cuja despesa já foi efetuada ou assumida no ano de 2018 ou anteriores, como são os casos dos seguros, contratos de manutenção de equipamentos ou *software*, rendas e alugueres, entre outros.

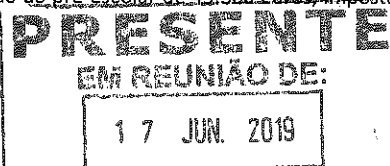
No ano de 2018 a conta 27.2 de custos diferidos regista o montante consolidado de 1.227.364 euros.

Acréscimos de Custos: nesta conta foram registados os custos a reconhecer no próprio exercício, para os quais ainda não existe documentação vinculativa e cuja despesa só irá incorrer em exercícios seguintes.

No ano de 2018 a conta 27.3 regista o valor consolidado de 1.362.226 euros, dos quais se salienta o montante de 739.067 euros, relativos a remunerações com férias, subsídios de férias e respetivos encargos a liquidar no ano de 2019, juros de empréstimos contratados e a pagar em 2019 no montante de 888 euros; prestações de serviços no montante de 572.852 euros, essencialmente relativos a iluminação pública, energia elétrica de edifícios municipais e serviços diversos.

Proveitos Diferidos: A conta 27.4 apresenta a 31 de dezembro de 2018 um saldo consolidado de 22.170.568 euros.

Nesta conta patrimonial são efetuados, maioritariamente, os lançamentos contabilísticos de reconhecimento de proveitos de subsídios para investimentos. Os proveitos diferidos a 31 de dezembro 2018 relativos a rendimentos em imóveis são de 11.716 euros, Protocolo de Colaboração celebrado com a APA para a empreitada de obras públicas a lançar no ano de 2019, para as "Intervenções urgentes de regularização fluvial nas áreas afetadas pelos incêndios florestais ocorridos entre agosto e outubro de 2017", no montante de 160.000 euros, acordos de colaboração do pré-escolar de 49.300 euros, impostos e taxas no montante



CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

de 230 euros e os proveitos diferidos relativos a subsídios para investimentos que registam um saldo de 21.910.141 euros, sendo que no ano de 2018 foram reconhecidos proveitos na conta 79.8.3.01 – Participações – Subsídios para Investimentos, no montante de 1.122.634 euros.

• *Amortização a curto prazo de capital de empréstimos de médio e longo prazos celebrados pelo Município da Marinha Grande*

Considerando que o total do capital em dívida a 31 de dezembro 2018 de empréstimos de médio e longo prazo contratualizados e utilizados pelo Município da Marinha Grande ascende a 759.722 euros, estima-se que o total de capital a amortizar a curto prazo, no decorrer do ano de 2019, ascenda a 257.053 euros, conforme mapa que se apresenta. Esta informação tem a sua expressão nas respetivas contas do balanço.

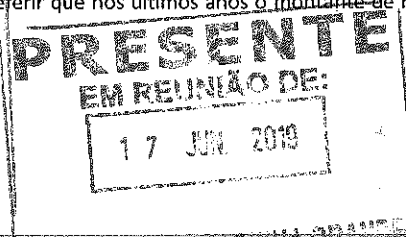
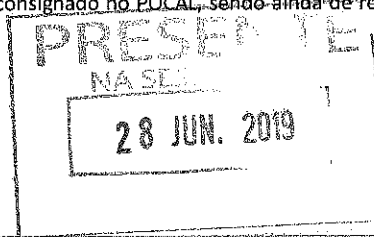
O único financiamento obtido pela TUMG, Unipessoal, S.A. foi totalmente amortizado em 2015.

INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO	FINALIDADE DO EMPRÉSTIMO	CAPITAL EM DÍVIDA A 31-12-2018	AMORTIZAÇÃO DE CAPITAL PREVISTA EM 2019
		759.722,14 €	257.053,29 €
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Financiamento de Projectos Diversos (n.º24)	431.744,82 €	191.886,60 €
Banco BPI, S.A.	Financiamento do Projecto "Acessibilidades à Pedra e Fonte Santa" (002)	33.933,50 €	6.786,70 €
Banco BPI, S.A.	Financiamento do Projecto "Acessibilidades ao Pero Neto" (001)	40.997,57 €	8.380,80 €
Banco BPI, S.A.	Financiamento da execução da "Recuperação do Cine Teatro de Vieira de Leiria" (009)	43.846,91 €	8.663,57 €
Banco BPI, S.A.	Financiamento da execução da "Estrada Atlântica" (008)	81.124,78 €	16.029,21 €
Banco BPI, S.A.	Financiamento da execução da "Modernização e Beneficiação das Acessibilidades às Termas de Monte Real" (006)	24.806,19 €	4.901,39 €
Banco BPI, S.A.	Financiamento da execução da "Valorização da Cerca Stephens" (005)	37.842,10 €	7.477,11 €
Banco BPI, S.A.	Financiamento da execução da "Reabilitação do Parque Municipal de Exposições" (004)	65.426,74 €	12.927,47 €

• *Comunicação da Autoridade Tributária e Aduaneira*

Nos termos do nº4 do artigo 17.º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado em anexo ao Decreto-Lei nº 99/2015 de 2 de junho, a Autoridade Tributária e Aduaneira deve informar a autarquia do valor dos recebimentos em atraso, reportados a 31 de Dezembro de 2018, relativos a receitas fiscais.

No final de janeiro de 2019, a Autoridade Tributária e Aduaneira, disponibilizou no seu portal a referida informação, mas tal não determinou que tenham sido contabilizados quaisquer proveitos ou ativos no ano de 2018, em respeito do princípio contabilístico da prudência consignado no POCAL, sendo ainda de referir que nos últimos anos o montante de reembolsos e restituições de



Handwritten signatures and initials: DL, Diane, J.1, João, and others.

impostos retidos pela Autoridade Tributária e Aduaneira à autarquia têm sido significativos o que justifica, adicionalmente, a tomada da decisão de não contabilização.

A informação disponibilizada pela Autoridade Tributária e Aduaneira indica que os recebimentos em atraso relativos a receitas fiscais à data de 31.12.2018, ascendem a 1.617.950 euros, dos quais 20.988 euros respeitam a Contribuição Autárquica, 1.104.804 euros a Imposto Municipal sobre Imóveis, 181.902 euros a Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, 282.165 euros a Imposto Único de Circulação e 28.091 euros a SISA.

- *Outras situações*

1. STL – Sociedade de Transportes e Limpezas, Lda. um contrato de recolha de resíduos sólidos urbanos

No ano de 1999, o Município da Marinha Grande celebrou com a empresa STL – Sociedade de Transportes e Limpezas, Lda. um contrato de recolha de resíduos sólidos urbanos a destino final pelo período de 5 anos e tendo por base a recolha e transporte de 60.000 toneladas.

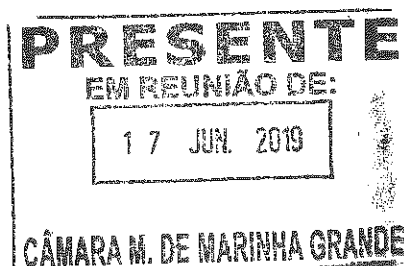
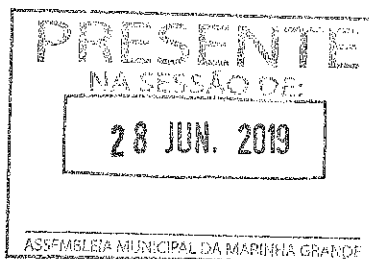
No decorrer da execução do contrato, e a partir do momento em que foram recolhidas as 60.000 toneladas de resíduos, passou a existir uma divergência entre as partes na interpretação da cláusula 2.ª do contrato, a qual respeitava ao preço a aplicar por tonelada a mais de recolha e transporte.

Em consequência do exposto a empresa STL – Sociedade de Transportes e Limpezas, Lda., atualmente SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., apresentou a 31-12-2010 um extrato de conta corrente do cliente Município da Marinha Grande de 213.786,75 euros, dos quais 123.905,62 euros respeitam ao diferencial do preço unitário e 89.881,13 euros a juros, sendo que o município não reconhece a dívida reclamada pela empresa.

À data de 31.12.2018 a conta corrente da entidade não refletia qualquer dívida desta natureza.

2. Resultado Líquido do exercício de 2018

O Resultado Líquido do Exercício Consolidado de 2018 ascende a 2.852.578 euros.



Handwritten signatures and initials: Diane, PL, CRZAF, J.7, João, PS, and others.

A publicitação do DL 190/2012 de 22 de agosto estabelece um regime excecional e temporário de libertação das cauções prestadas para boa garantia de execução de contratos de empreitadas de obras públicas, existindo um potencial contingente associado ao seu não cumprimento.

No que respeita ao pedido de reposição do equilíbrio financeiro do contrato da empreitada de “Requalificação do Património Stephens – Fase 1, Serviços Educativos, Galeria Municipal e Cafetaria”, o mesmo encontra-se em apreciação nos serviços da autarquia.

No que respeita ao pedido de reposição do equilíbrio financeiro do contrato da empreitada de “Requalificação do Património Stephens – Casa da Cultura” o mesmo foi indeferido por deliberação camarária de 28 de julho de 2017, existindo uma ação em curso no TAF de Leiria cujo autor, Habitâmega – Construções, S.A., pede a impugnação de ato administrativo.

O processo de licenciamento n.º 254/10, em que são requerentes Timothy Alexander Tacchi e Betina Kunzl Tacchi, encontra-se em fase de averiguações, estando pendente a tomada de deliberação final sobre o mesmo.

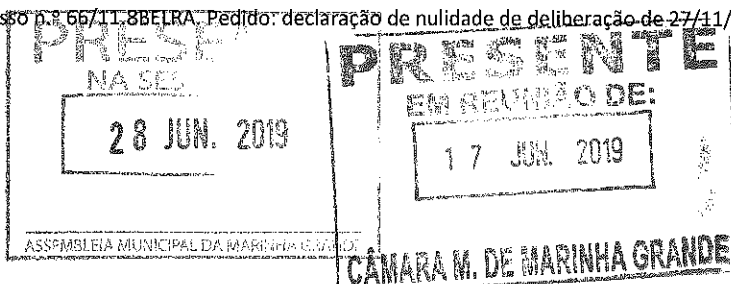
No que respeita ao processo em que é autor o Sr. Artur Pereira de Oliveira, foi interposto, por ambas as partes, recurso da decisão do Tribunal da Relação para o Supremo Tribunal da Justiça, aguardando-se a decisão final.

Encontra-se em curso um processo judicial interposto pela Agência de Viagens e Transportes do Vale do Ave, Lda à empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M. Unipessoal, S.A., relativo à prestação do serviço de transportes urbanos do ano de 2013. O processo encontra-se em fase de conclusão, aguardando-se a marcação da audiência final do julgamento.

Considerando a probabilidade de existência de um risco quantificável, embora a empresa não reconheça a possibilidade de perder a ação, e tendo em conta os princípios contabilísticos da prudência foi reconhecido o risco nas demonstrações financeiras.

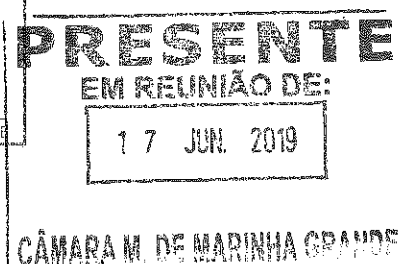
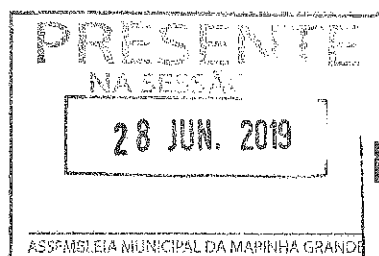
De seguida apresenta-se a relação das contingências e reclamações do grupo, sendo que existem processos relativamente aos quais foram constituídas provisões.

- Processo n.º 1579/09.7BELRA. Pedido: declaração de nulidade de deliberação de 06/06/2009 e condenação ao deferimento do projeto de alterações
- Processo n.º 1580/09.0BELRA. Pedido: anulação de deliberação de 06/06/2009 e condenação ao deferimento do projeto de alterações
- Processo n.º 1334/10.1BELRA. Pedido: declaração de nulidade de deliberação de 30/04/2003
- Processo n.º 1408/10.9BELRA. Pedido: declaração de nulidade de deliberações de 12/09/2001 e de 16/08/2002
- Processo n.º 1491/10.7BELRA. Pedido: declaração de nulidade de deliberações de 28/06/2001 e 29/08/2001
- Processo n.º 1509/10.3BELRA. Pedido: declaração de nulidade de deliberações de 09/04/2003 e 14/04/2004
- Processo n.º 1581/10.6BELRA. Pedido: declaração de nulidade de deliberações de 26/04/2001, 10/05/2001 e 18/09/2003.
- Processo n.º 1708/10.8BELRA. Pedido: declaração de nulidade de deliberações de 23/12/2003 e 02/03/2004.
- Processo n.º 66/11.8BELRA. Pedido: declaração de nulidade de deliberação de 27/11/2003.



Handwritten signatures and initials:
 Diana
 PL CR
 J. 87
 J. 87
 J. 87

- Processo n.º 110/11.9BELRA. Pedido: declaração de nulidade de deliberações de 27/03/2003, 26/06/2003 e 17/07/2003.
- Processo n.º 836/12.0BELRA. Autor: SINTAP. Réu: Município da Marinha Grande. Pedido: reconhecimento de direito à antiguidade e condenação à reconstituição da situação.
- Processo n.º 1069/12.0BELRA. Autor: STAL. Réu: Município da Marinha Grande. Pedido: declaração de nulidade ou anulação de despacho de 09/04/2012 e condenação à reconstituição da situação
- Processo n.º 1071/12.2BELRA. Autor: STAL. Réu: Município da Marinha Grande. Pedido: declaração de nulidade ou anulação de despacho de 09/04/2012 e reconstituição da situação.
- Processo n.º 34/13.5BELRA. Pedido: anulação de despacho e condenação à reconstituição da situação
- Processo n.º 843/15.0BELRA. Pedido: declaração de nulidade ou anulação de despacho de 04/02/2015
- Processo n.º 449/16.7BELRA. Pedido: declaração de nulidade ou anulação da deliberação camarária, de 12/01/2016.
- Processo n.º 1470/16.5BELRA. Autor: Gestoliva - Imobiliária, S.A. Réu: Município da Marinha Grande. Pedido: condenação ao reconhecimento de direitos. Réu: Município da Marinha Grande
- Processo n.º 1565/17.3BELRA. Autor: Habitâmega – Construções, SA. Réu: Município da Marinha Grande. Pedido: Impugnação de ato administrativo.
- Processo n.º 1378/17.2BELRA. Exequente: Município da Marinha Grande. Executado: Habitâmega – Construções, SA. Pedido: Cobrança de multa contratual aplicada.
- Processo n.º 1379/17.0BELRA. Pedido: Pagamento de quantia certa.
- Processo n.º 1177/17.1BELRA. Autor: Município da Marinha Grande. Réus: EDP, SA e CGTI, SA. Pedido: Responsabilidade civil.
- Autor: Agência de Viagens e Transportes do Vale do Ave, Lda. Réu: TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M. Unipessoal, S.A.



Diário
PL
2-7
Cor
Jaleo
RS

7. Contratos de Comodato e Acordos de Exposição

O quadro seguinte lista os Contratos de Comodato e Acordos de Exposição celebrados pelo Museu do Vidro no ano de 2018.

ENTIDADE	TIPO	DATA CELEBRAÇÃO	PERÍODO	OBJETO
Abílio Encarnação Febrá	Contrato de Comodato	20/10/2017	24/10/2017 a 30/06/2018	Exposição Temporária "Contemporâneos VI, Vidro Artístico Contemporâneo Português"
Afonso Manuel Santos Oliveira	Contrato de Comodato	30/10/2018	30/10/2018 a 21/07/2019	Exposição Temporária "Aromas em vidro, frascos de perfume portugueses e internacionais, coleção Afonso Oliveira"
Alberto Manuel Almeida Vieira	Contrato de Comodato	20/10/2017	24/10/2017 a 30/06/2018	Exposição Temporária "Contemporâneos VI, Vidro Artístico Contemporâneo Português"
Ana Margarida de Moura Oliveira Parreira Rocha	Contrato de Comodato	20/10/2017	24/10/2017 a 30/06/2018	Exposição Temporária "Contemporâneos VI, Vidro Artístico Contemporâneo Português"
Ana Maria Lopes Marques Pereira	Contrato de Comodato	29/09/2017	04/10/2017 a 30/04/2018	Exposição Temporária "Licores de Portugal, garrafas da coleção de Ana Marques Pereira"
Armindo Castelo Ferreira - Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Marinha Grande	Contrato de Comodato	27/04/2018	27/04/2018 a 24/06/2018	Exposição Temporária "Mostra de Património Cultural da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário da Marinha Grand"
Czech Centres	Acordo de empréstimo	10/01/2018	30/10/2018 a 28/02/2019	Exposição temporária "Handmade Dreams"
Daniela Ferreira Pinheiro	Contrato de Comodato	20/10/2017	24/10/2017 a 30/06/2018	Exposição Temporária "Contemporâneos VI, Vidro Artístico Contemporâneo Português"
Daniela Sofia Correia Ribeiro	Contrato de Comodato	20/10/2017	24/10/2017 a 30/06/2018	Exposição Temporária "Contemporâneos VI, Vidro Artístico Contemporâneo Português"
Diogo de Sousa Coutinho Diniz Navarro de Castro	Contrato de Comodato	20/10/2017	24/10/2017 a 30/06/2018	Exposição Temporária "Contemporâneos VI, Vidro Artístico Contemporâneo Português"
Fernando Manuel Baeta Quintas	Contrato de Comodato	20/10/2017	24/10/2017 a 30/06/2018	Exposição Temporária "Contemporâneos VI, Vidro Artístico Contemporâneo Português"
Lidia Maria Cavaco Ramos	Contrato de Comodato	20/10/2017	24/10/2017 a 30/06/2018	Exposição Temporária "Contemporâneos VI, Vidro Artístico Contemporâneo Português"
Margarida Nunes Campina Alves	Contrato de Comodato	20/10/2017	24/10/2017 a 30/06/2018	Exposição Temporária "Contemporâneos VI, Vidro Artístico Contemporâneo Português"
Maria da Conceição Cabral da Silva	Contrato de Comodato	20/10/2016	02/11/2017 a 30/06/2018	Exposição Temporária "Contemporâneos VI, Vidro Artístico Contemporâneo Português"
Maria Manueja Matos de Castro Martins	Contrato de Comodato	20/10/2017	24/10/2017 a 30/06/2018	Exposição Temporária "Contemporâneos VI, Vidro Artístico Contemporâneo Português"
Maria Olímpia Gonçalves da Cruz	Contrato de Comodato	20/10/2017	24/10/2017 a 30/06/2018	Exposição Temporária "Contemporâneos VI, Vidro Artístico Contemporâneo Português"
Maria Renée Morales Lam	Contrato de Comodato	02/11/2017	02/11/2017 a 30/06/2018	Exposição Temporária "Contemporâneos VI, Vidro Artístico Contemporâneo Português"
Nelson Dinis Baroseiro Figueiredo	Contrato de Comodato	24/11/2017	24/11/2017 a 30/06/2018	Exposição Temporária "Contemporâneos VI, Vidro Artístico Contemporâneo Português"
Parinaz Faghini	Contrato de Comodato	20/10/2017	24/10/2017 a 30/06/2018	Exposição Temporária "Contemporâneos VI, Vidro Artístico Contemporâneo Português"
Pedro Miguel Rebelo da Palma	Contrato de Comodato	20/10/2017	24/10/2017 a 30/06/2018	Exposição Temporária "Contemporâneos VI, Vidro Artístico Contemporâneo Português"
Sabina Manuela Monteiro Couto	Contrato de Comodato	20/10/2017	24/10/2017 a 30/06/2018	Exposição Temporária "Contemporâneos VI, Vidro Artístico Contemporâneo Português"
Teresa Maria Castro de Almeida	Contrato de Comodato	20/10/2017	24/10/2017 a 30/06/2018	Exposição Temporária "Contemporâneos VI, Vidro Artístico Contemporâneo Português"
Vitor Rui Franco Agostinho	Contrato de Comodato	20/10/2017	24/10/2017 a 30/06/2018	Exposição Temporária "Contemporâneos VI, Vidro Artístico Contemporâneo Português"

PRESENTE
NA SESSÃO DE:
28 JUN. 2019

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
17 JUN. 2019

Diogo
PL CR
J. N. João
CR



Documentos de Prestação de Contas Consolidadas

2018

Prestação de Contas Consolidadas

PRESENTE

NA SESSÃO DE:

28 JUN. 2019

PRESENTE

EM REUNIÃO DE:

17 JUN. 2019

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Marinha Grande, junho de 2019

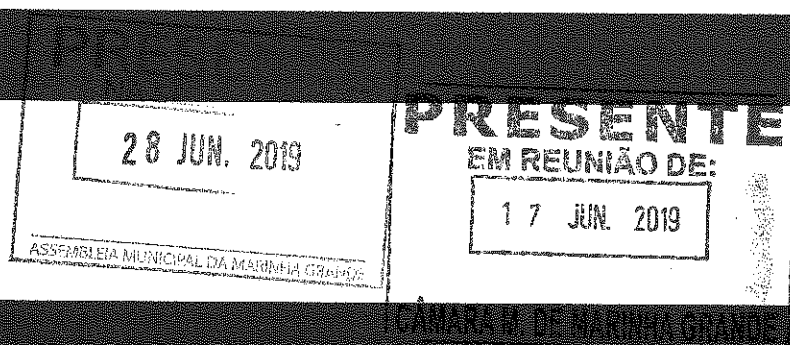
Diante
CR
PC
u.7
João
BS
Car



Documentos de Prestação de Contas Consolidadas

2018

Balanço
Município da Marinha Grande



Marinha Grande, junho de 2019

BALANÇO

ENTIDADE

CMMG

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018

PAG. 1

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	PRESENTE EM REUNIÃO DE:		EXERCÍCIOS		
		17 JUN. 2019		N	N - 1	
				A/P	AL	AL
	Imobilizado:	CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE				
451	Bens de domínio público					
452	Terrenos e recursos naturais	8.040.080,12			8.040.080,12	7.730.545,42
453	Edifícios	1.217.845,11	104.822,57		1.033.022,54	730.083,94
455	Outras construções e infra-estruturas	66.681.246,63	43.030.577,24		23.650.669,39	23.699.010,89
459	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	125.822,80			125.822,80	125.822,80
445	Outros bens de domínio público					
446	Imobilizações em curso	232.861,41			232.861,41	435.902,09
	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	30.011,06			30.011,06	
		76.327.867,13	43.215.399,81		33.112.467,32	32.721.365,14
	Imobilizações incorpóreas					
431	Despesas de instalação					
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.618.134,77	1.544.370,59		73.764,18	117.219,04
433	Propriedade industrial e outros direitos	613.839,58	539.358,12		74.481,46	121.626,29
443	Imobilizações em curso	15.606,00			15.606,00	15.606,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas					
		2.247.580,35	2.083.728,71		163.851,64	254.451,33
	Imobilizações corpóreas					
421	Terrenos e recursos naturais	22.832.741,82			22.832.741,82	23.601.964,15
422	Edifícios e outras construções	54.048.003,90	8.971.522,69		45.076.481,21	43.726.305,36
423	Equipamento básico	16.261.205,65	13.254.057,11		3.007.148,54	2.701.958,87
424	Equipamento de transporte	180.273,81	146.748,27		33.525,54	41.259,95
425	Ferramentas e utensílios	57.146,34	56.839,07		307,27	644,33
426	Equipamento administrativo	1.124.645,09	1.016.050,63		108.594,46	108.875,67
427	Taras e vasilhame	5.319,91	5.319,91			
429	Outras imobilizações corpóreas	3.743.057,96	355.217,50		3.387.840,46	3.305.565,50
442	Imobilizações em curso	197.233,14			197.233,14	451.596,22
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas					
		98.449.627,62	23.805.755,18		74.643.872,44	73.938.170,05
	Investimentos financeiros					
411	Partes de capital	1.137.627,15			1.137.627,15	1.137.627,15
412	Obrigações e títulos de participação	603.535,50			603.535,50	938.831,29
414	Investimentos em imóveis	328.522,36	64.479,59		264.042,77	319.754,57
415	Outras aplicações financeiras					
441	Imobilizações em curso					
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros					
		2.069.685,01	64.479,59		2.005.205,42	2.396.213,01
	Circulante:					
	Existências:					
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	203.846,34	19.841,47		184.004,87	143.748,00
35	Produtos e trabalhos em curso					
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos					
33	Produtos acabados e intermediários					
32	Mercadorias	47.040,32	3.569,17		43.479,15	40.723,56
37	Adiantamentos por conta de compras					
		250.894,66	23.410,64		227.484,02	184.471,55

PRESENTE
NA SESSÃO DE:

30 ABR. 2019

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:

22 ABR. 2019

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

BALANÇO

ENTIDADE

CMMG

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018

PAG. 2

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		P	AL	AL	AL
	Dividas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
	Empréstimos concedidos de m/l prazo				
282	Dividas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c	1.227,40	1.227,40	12,99	
212	Contribuintes c/c	10.315,30	10.315,30	18.594,91	
213	Utentes c/c	332.350,46	332.350,46	425.165,32	
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	1.068.804,09	741.833,97	326.970,12	377.222,91
229	Adiantamentos a fornecedores	4.240,79	4.240,79	8.037,29	
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	984,00	984,00		
24	Estado e outros entes públicos				12.316,56
264	Administração autárquica				
262+263+267+268	Outros devedores	1.336.982,59	999.375,41	337.607,18	55.996,76
		2.754.904,63	1.741.209,38	1.013.695,25	897.346,74
	Títulos negociáveis:				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	13.618.397,48	13.618.397,48	13.321.779,06	
11	Caixa	7.648,04	7.648,04	8.812,58	
		13.626.045,52	13.626.045,52	13.330.591,64	
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	741.448,42	741.448,42	871.761,05	
272	Custos diferidos	1.226.468,94	1.226.468,94	450.383,96	
		1.967.917,36	1.967.917,36	1.322.145,01	
	Total de amortizações	69.169.363,29			
	Total de provisões	1.764.620,02			
	Total do activo	197.694.522,28	70.933.983,31	126.760.538,97	125.044.754,47

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
Nº
30 ABR. 2019
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

BALANÇO

ENTIDADE

CMMG

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018

PAG. 3

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
51	Fundos próprios:		
55	Património	51.430.932,49	52.428.528,28
56	Ajustamento de partes de capital em empresas		
	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	1.876.607,29	1.679.552,03
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	8.842.574,35	8.660.866,01
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	371.825,26	371.825,26
59	Resultados transitados	35.615.030,72	31.930.980,85
88	Resultado líquido em exercício	2.803.332,33	3.941.105,13
		101.000.302,44	99.012.857,56
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	464.268,76	307.436,99
2312+268	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)	502.669,76	1.162.078,52
		966.938,52	1.469.515,51
2311	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
269	Empréstimos de curto prazo	257.052,85	256.758,81
221	Adiantamentos por conta de vendas		
228	Fornecedores c/c	1.092,41	12.764,58
219	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	7.045,90	1.449,05
2611	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
24	Fornecedores de imobilizado c/c	61.902,47	36.643,83
264	Estado e outros entes públicos	61.388,98	43.133,21
262+263+267+268	Administração autárquica		
217	Outros credores	537.905,54	495.525,06
	Clientes e utentes com caucões	355.612,06	217.814,22
		1.282.000,21	1.064.088,76
273	Acréscimos e diferimentos:		
274	Acréscimos de custos	1.342.499,05	873.448,17
	Proveitos diferidos	22.168.798,75	22.624.844,47
		23.511.297,80	23.498.292,64
	Total do passivo	25.760.236,53	26.031.896,91
	Total dos Fundos próprios e do Passivo	126.760.538,97	125.044.754,47

PRESENTE

EM REUNIÃO DE:

17 JUN. 2019

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

PRESENTE

NA SESSÃO DE:

28 JUN. 2019

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

PRESENTE

N.
30 ABR. 2019

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

PRESENTE

EM REUNIÃO DE:

72 ABR. 2019

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Documentos de Prestação de Contas - 2018 | 128

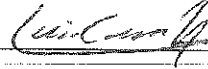
ORGÃO EXECUTIVO

Em 22 de abril de 2019



ORGÃO DELIBERATIVO

Em 30 de abril de 2019



PRESENTE
 EM REUNIÃO DE:
 17 ABR 2019
 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

PRESENTE
 NA
 30 ABR. 2019
 ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

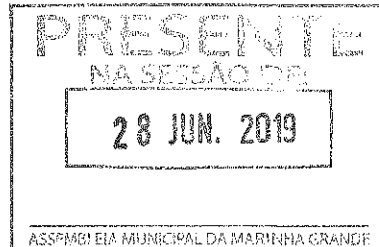
PRESENTE
 EM REUNIÃO DE:
 17 JUN. 2019
 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

PRESENTE
 NA SESSÃO DE:
 28 JUN. 2019
 ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

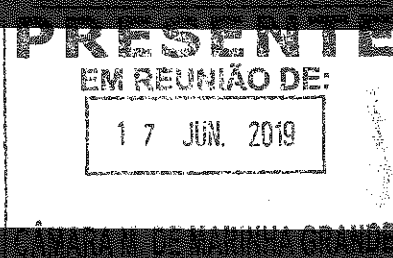


Documentos de Prestação de Contas Consolidadas

2018



Balanço
TUMG Unipessoal, Lda



Handwritten signatures and initials.

Marinha Grande, junho de 2019

Handwritten signatures and initials.

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
72 JUN 2019

TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A.
Relatório de Gestão e Contas | Ano 2018

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		euros	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2018	31-12-2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	299 069,95	374 980,83
Outros Investimentos Financeiros		964,30	572,72
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
		300 034,25	375 553,55
Ativo Corrente			
Clientes	14.1	12 123,27	1 065,96
Estados e outros entes públicos	16.1	5 779,98	61 182,52
Outros Créditos a Receber	14.1	49 591,55	49 538,50
Diferimentos	16.2	895,13	1 710,72
Caixa e depósitos bancários	4.1/14.3	470 843,57	430 383,11
		539 233,50	543 880,81
Total do ativo		839 267,75	919 434,36
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	16.3	338 000,00	338 000,00
Reservas legais	16.3	38 440,82	35 969,68
Resultados transitados	16.3	245 212,48	285 239,48
Resultado líquido do período	16.3	5 529,15	24 171,14
Total do capital próprio		627 182,45	683 380,30
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	12	61 727,00	0,00
		61 727,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	14.1	122 696,03	198 646,38
Estado e outros entes públicos	16.1	6 166,63	14 431,16
Outras dívidas a pagar	14.1	19 726,73	21 087,33
Diferimentos	16.2	1 768,91	1 889,19
		150 358,30	236 054,06
Total do passivo		212 085,30	236 054,06
Total do capital próprio e do passivo		839 267,75	919 434,36

PRESENTE
NA SESSÃO DE:
30 ABR. 2019

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
17 JUN. 2019

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

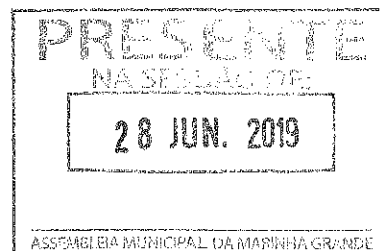
Rua Pereira Crespo S/N 2430-243 Marinha Grande

NIPC 505 849 348

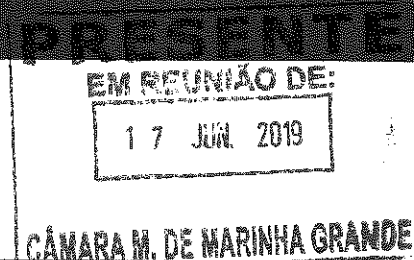


Documentos de Prestação de Contas Consolidadas

2018



Balanço
Consolidado



Marinha Grande, junho de 2019

Handwritten signatures and initials:
R. Duarte
U.S.
H.S.
C.M.

BALANÇO CONSOLIDADO

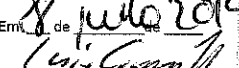
MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

Ano: 2018

Código das contas FOCAL	ATIVO	Exercício			
		N		N-1	
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de Domínio Público				
451	Terrenos e recursos naturais	8 040 080,12	0,00	8 040 080,12	7 730 545,42
452	Edifícios	1 217 845,11	184 822,57	1 033 022,54	790 083,94
453	Outras construções e infra-estruturas	66 681 246,63	43 030 577,24	23 650 669,39	23 699 010,89
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	125 822,80	0,00	125 822,80	125 822,80
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilização em curso	232 861,41	0,00	232 861,41	435 902,09
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	30 011,06	0,00	30 011,06	0,00
	<i>Sub-total</i>	<i>76 327 867,13</i>	<i>43 215 399,81</i>	<i>33 112 467,32</i>	<i>32 721 365,14</i>
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1 618 134,77	1 544 370,59	73 764,18	117 219,04
433	Propriedade industrial e outros direitos	613 964,58	539 483,12	74 481,46	121 626,29
443	Imobilizações em curso	15 606,00	0,00	15 606,00	15 606,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	<i>Sub-total</i>	<i>2 247 705,35</i>	<i>2 083 853,71</i>	<i>163 851,64</i>	<i>254 451,33</i>
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	22 852 131,82	0,00	22 852 131,82	23 621 354,15
422	Edifícios e outras construções	54 206 528,67	9 003 869,59	45 202 659,08	43 862 357,19
423	Equipamento básico	17 046 081,60	13 674 035,85	3 172 045,75	2 946 380,50
424	Equipamento de transporte	182 160,56	146 748,27	35 412,29	41 259,95
425	Ferramentas e utensílios	57 146,34	56 839,07	307,27	644,33
426	Equipamento administrativo	1 229 459,23	1 106 390,97	123 068,26	130 200,08
427	Taras e vasilhame	5 319,91	5 319,91	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	3 743 231,32	355 374,61	3 387 856,71	3 305 589,88
442	Imobilizações em curso	197 233,14	0,00	197 233,14	451 596,22
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	<i>Sub-total</i>	<i>99 519 292,59</i>	<i>24 548 578,27</i>	<i>74 970 714,32</i>	<i>74 359 362,30</i>
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital	799 627,15	0,00	799 627,15	799 627,15
412	Obrigações e títulos de participação	603 535,50	0,00	603 535,50	938 831,29
414	Investimentos em imóveis	328 522,36	64 479,59	264 042,77	319 754,57
415	Outras aplicações financeiras	964,30	0,00	964,30	572,72
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	<i>Sub-total</i>	<i>1 732 649,31</i>	<i>64 479,59</i>	<i>1 668 169,72</i>	<i>2 058 785,73</i>
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	203 846,34	19 841,47	184 004,87	143 748,00
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermediários	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	47 048,32	3 569,17	43 479,15	40 723,55
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
	<i>Sub-total</i>	<i>250 894,66</i>	<i>23 410,64</i>	<i>227 484,02</i>	<i>184 471,55</i>
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes, c/c	13 350,67	0,00	13 350,67	1 078,96
212	Contribuintes, c/c	10 355,86	0,00	10 355,86	18 554,65
213	Utentes, c/c	332 350,46	0,00	332 350,46	425 185,32
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	1 076 237,30	749 267,18	326 970,12	377 222,51
229	Adiantamentos a fornecedores	4 240,79	0,00	4 240,79	8 037,29
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	984,00	0,00	984,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	5 779,98	0,00	5 779,98	73 499,08
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	1 336 982,59	999 375,41	337 607,18	336 671,47
	<i>Sub-total</i>	<i>2 780 281,65</i>	<i>1 748 642,59</i>	<i>1 031 639,56</i>	<i>1 031 639,56</i>
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	14 088 640,49	0,00	14 088 640,49	14 088 640,49
23	Caixa	8 208,04	0,00	8 208,04	372,50
	<i>Sub-total</i>	<i>14 096 848,53</i>	<i>0,00</i>	<i>14 096 848,53</i>	<i>13 761 015,01</i>
	Aplicações a terceiros:				
271	Aplicações de proventos	790 999,73	0,00	790 999,73	921 332,96
272	Quotas diferidas	1 227 364,07	0,00	1 227 364,07	452 094,68
	<i>Sub-total</i>	<i>2 018 363,80</i>	<i>0,00</i>	<i>2 018 363,80</i>	<i>1 373 427,64</i>
	Total de amortizações		69 912 311,38		
	Total de provisões/ajustamentos		1 772 059,23		
	Total do ativo	198 973 903,02	71 684 364,61	127 289 539,41	125 672 433,67

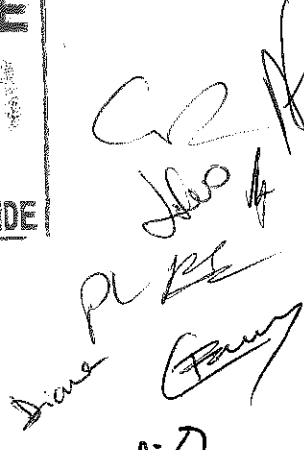
Código das contas POCAL	BALANÇO	Exercício			
		N		N-1	
		AB	A/P	AL	AL
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
	Fundos próprios:				
51	Património			51 430 932,49	52 428 528,28
	Diferenças de consolidação			390 570,63	349 717,34
55	Ajustamento de partes de capital em empresas				
56	Reservas de reavaliação				
	Reservas:				
571	Reservas legais			1 698 638,50	1 590 952,16
572	Reservas estatutárias			0,00	0,00
573	Reservas contratuais			0,00	0,00
574	Reservas livres			0,00	0,00
575	Subsídios			0,00	0,00
576	Doações			8 842 574,35	8 660 866,01
577	Reservas decorrentes de transferência de activos			371 825,26	371 825,26
59	Resultados transitados			35 730 096,87	31 986 663,91
88	Resultado líquido do exercício			2 852 578,48	4 015 896,14
	Total dos Fundos Próprios			101 317 216,58	99 404 449,10
	Passivo:				
292	Provisões para riscos e encargos			525 995,76	307 436,99
2312+2613+268	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)			502 669,76	1 162 078,52
				1 028 665,52	1 469 515,51
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:				
2311	Empréstimos de curto prazo			257 052,85	256 758,81
269	Adiantamentos por conta de vendas			0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c			74 104,12	161 726,65
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência			56 730,22	51 133,37
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c			61 902,47	36 643,83
24	Estado e outros entes públicos			67 555,61	57 564,37
284	Administração autárquica			0,00	0,00
262+263+267+268	Outros credores			537 905,54	495 525,06
217	Clientes e utentes com cauções			355 612,06	217 814,22
	Sub-total			1 410 862,87	1 277 186,31
	Acréscimos e diferimentos:				
273	Acréscimos de custos			1 362 225,78	894 569,09
274	Proveitos diferidos			22 170 567,66	22 626 733,66
				23 532 793,44	23 521 302,75
	Total do Passivo			25 972 321,83	26 267 984,57
	Total dos Fundos Próprios e do Passivo			127 289 538,41	125 672 433,67

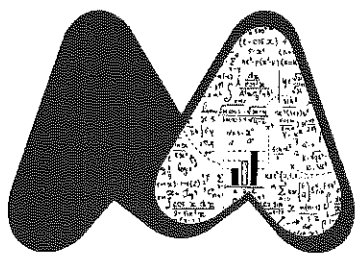
Órgão Executivo
Em 17 de Junho de 2019


Órgão Deliberativo
Em 28 de Junho de 2019


PE
28 JUN. 2019
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
17 JUN. 2019
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

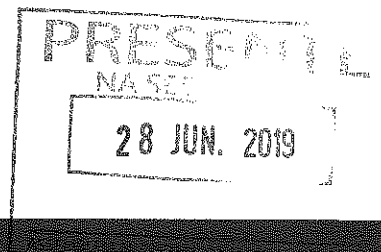

Diana
PL
PE
u-77



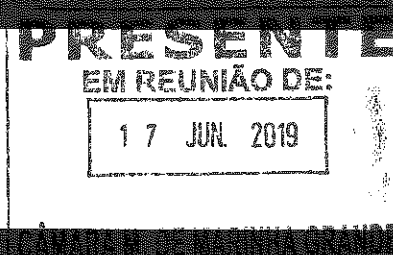
MARINHA GRANDE

Documentos de Prestação de Contas Consolidadas

2018



Demonstrações de Resultados Município da Marinha Grande



CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Marinha Grande, junho de 2019

Handwritten signatures and initials, including "PL" and "AR".

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ENTIDADE

CMMG

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018

PÁG. 1

Código de Contas		Exercício			
		N		N - 1	
61	Custos e perdas				
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	13.190,67		8.385,54	
	Matérias	155.905,87	169.096,54	227.076,22	235.461,76
62	Fornecimentos e serviços externos:		8.562.368,12		7.688.628,83
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	4.412.853,38		4.133.335,74	
643 a 648	Encargos sociais	1.240.574,25	5.653.427,63	1.112.330,27	5.245.666,01
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		2.149.556,38		1.962.976,21
66	Amortizações do exercício		4.371.841,55		4.155.323,27
67	Provisões do exercício		218.019,22		145.100,84
65	Outros custos operacionais		241.593,52		84.321,81
	(A)		21.365.902,96		19.517.478,73
68	Custos e perdas financeiros		16.356,50		28.962,60
	(C)		21.382.259,46		19.546.441,33
69	Custos e perdas extraordinários		1.135.472,00		644.461,59
	(E)		22.517.731,46		20.190.902,92
88	Resultado líquido do exercício.....		2.803.332,33		3.941.105,13
	(X)		25.321.063,79		24.132.008,05
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias	15.291,18		8.747,64	
7112+7113	Venda de produtos	4.278,86		1.454.665,96	
	(B)		5.555.738,52		6.870.981,57
712	Prestações de serviços		6.649.308,56	5.407.567,97	6.870.981,57
	()		6.649.308,56		6.870.981,57
72	Impostos e taxas		10.155.587,64		8.843.498,32
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade		11.512,26		9.470,94
73	Proveitos suplementares				
74	Transferências e subsídios obtidos		6.883.893,99		6.726.113,11
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		4.714,61		12.053,27
	(B)		23.705.017,06		22.462.117,21
78	Proveitos e ganhos financeiros		80.011,77		109.293,67
	(D)		23.785.028,83		22.571.410,88
79	Proveitos extraordinários		1.536.034,96		1.560.597,17
	(F)		25.321.063,79		24.132.008,05
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		2.339.114,10		2.944.638,48
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		63.655,27		80.331,07
	Resultados Correntes: (D - C)		2.402.769,37		3.024.969,55
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		2.803.332,33		3.941.105,13

ORGÃO EXECUTIVO

Em 22 de abril de 2019

PRESENTE

EM REUNIÃO DE:

17 ABR 2019

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

ORGÃO DELIBERATIVO

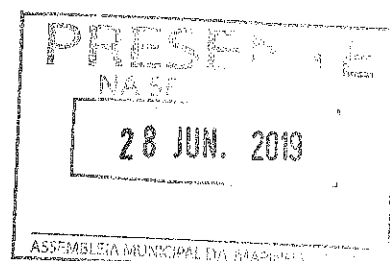
Em 30 de abril de 2019

Luiz Carlos

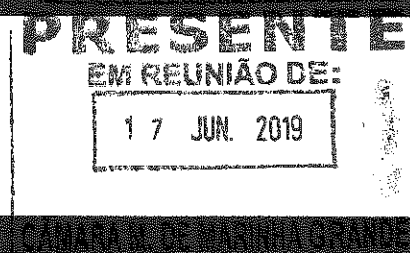


Documentos de Prestação de Contas Consolidadas

2018



Demonstrações de Resultados TUMG Unipessoal, Lda



Marinha Grande, junho de 2019

Diante
U. N. PC
João
PC

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
PERÍODO FINDO EM 31-12-2018			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	EUROS	
		PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	10	468 809,62	454 022,36
Subsídios à exploração	10	431 564,91	438 730,41
Fornecimentos e serviços externos		-631 353,53	-588 875,71
Gastos com o pessoal	15	-189 878,94	-189 920,92
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.2	0,00	-1 903,75
Outros rendimentos	10	11 700,00	4 248,09
Outros gastos	0	-224,78	-664,21
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		90 617,28	115 636,27
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-83 800,64	-84 539,05
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6 816,64	31 097,22
Juros e rendimentos similares obtidos	10	0,24	0,42
Juros e gastos similares suportados	9	-23,13	-0,40
Resultado antes de impostos		6 793,75	31 097,24
Imposto sobre o rendimento do período - Corrente	13	-1 264,60	-6 926,10
Resultado líquido do período		5 529,15	24 171,14
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			

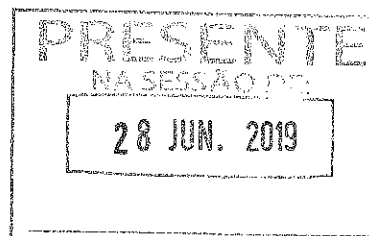
O Contabilista Certificado



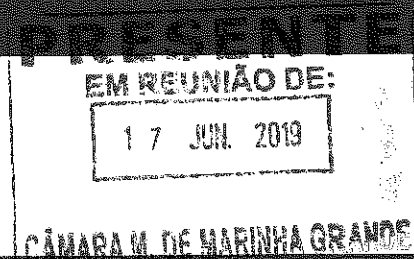


Documentos de Prestação de Contas Consolidadas

2018



Demonstrações de Resultados Consolidada



Marinha Grande, junho de 2019

Diário
2-7
HCB
PC 4
CR
K

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

Ano: 2018

Código das contas POCAL	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA				
		Exercício			
		N		N-1	
	Custos e perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	13 190,67		8 385,54	
	Matérias	155 905,87	169 096,54	227 076,22	235 461,76
62	Fornecimentos e serviços externos		8 934 760,70		8 018 890,01
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	4 562 295,62		4 284 595,15	
643 a 648	Encargos sociais	1 281 010,95	5 843 306,57	1 150 991,78	5 435 586,93
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais		1 692 097,52		1 497 921,98
66	Amortizações do exercício		4 411 889,28		4 189 246,14
67	Provisões do exercício		218 019,22		147 004,59
65	Outros custos e perdas operacionais		283 386,09		132 405,87
	(A)		21 552 555,92		19 656 517,28
68	Custos e perdas financeiros		16 380,26		28 761,33
	(C)		21 568 936,18		19 685 278,61
69	Custos e perdas extraordinários		1 135 486,54		644 906,19
	(E)		22 704 422,72		20 330 184,80
88	Resultado líquido do exercício		2 852 578,48		4 015 896,14
			25 557 001,20		24 346 080,94
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias	15 291,18		8 747,64	
7112+7113	Vendas de produtos	1 278 278,86		1 454 665,96	
712	Prestações de serviços	5 580 177,49	6 873 747,53	5 617 594,10	7 081 007,70
72	Impostos e taxas		10 155 385,89		8 843 296,57
	(a) Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade		11 512,26		9 470,94
73	Proveitos suplementares		11 700,00		3000
74	Transferências e subsídios obtidos		6 883 893,94		6 726 113,11
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		4 714,61		12 060,54
	(B)		23 940 954,23		22 674 948,86
78	Proveitos e ganhos financeiros		80 012,01		109 294,11
	(D)		24 020 966,24		22 784 242,97
79	Proveitos e ganhos extraordinários		1 536 034,96		1 561 837,97
	(F)		25 557 001,20		24 346 080,94
	Resultados operacionais: (B) - (A);		2 388 398,31		3 018 431,58
	Resultados financeiros: (D-B) - (C-A);		63 631,75		80 532,78
	Resultados correntes: (D) - (C);		2 452 030,06		3 098 964,36
	Resultado líquido do exercício: (F) - (E)		2 852 578,48		4 015 896,14

Órgão Executivo

Em 27 de Junho de 2019

[Assinatura]

Órgão Deliberativo

Em 28 de Junho de 2019

[Assinatura]

PRESENTE
NA SESSÃO

28 JUN. 2019

ASSFABLEIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:

17 JUN. 2019

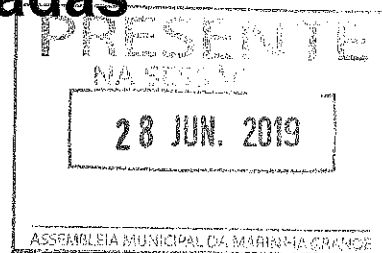
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

[Assinaturas manuais]

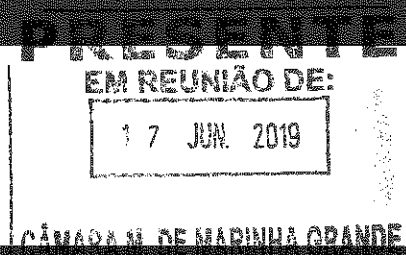


Documentos de Prestação de Contas Consolidadas

2018



Mapa de Fluxo de Caixa Consolidado



Marinha Grande, junho de 2019

PL
J. S.
Johão
[Signature]

Município da Marinha Grande

Ano: 2018

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

Recebimentos		Pagamentos		
Saldo da gerência anterior	13 760 975	Despesas Orçamentais		24 977 031
Execução orçamental	13 089 462	Correntes	17 469 766	
Operações de tesouraria	671 513	Capital	7 507 265	
Receitas orçamentais	25 060 196	Operações de Tesouraria		1 590 038
Correntes	24 453 342	Saldo para a gerência seguinte		14 106 849
Capital	571 357	Execução orçamental	13 172 627	
Outras	35 498	Operações de tesouraria	934 222	
Operações de tesouraria	1 852 747			
Total	40 673 917	Total		40 673 917

Órgão Executivo

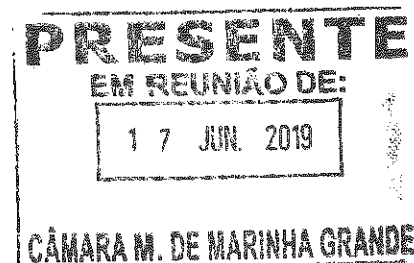
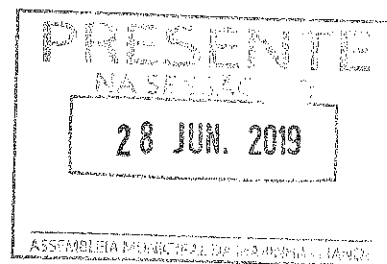
Em 17 de Junho de 2019

[Assinatura]

Órgão Deliberativo

Em 28 de Junho de 2019

[Assinatura]

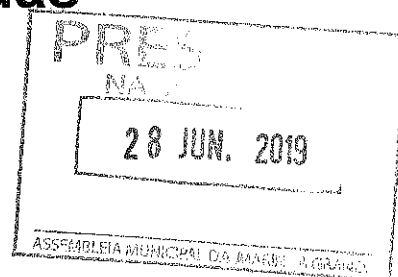


[Assinaturas manuais: Diogo, PC, João, AF, etc.]

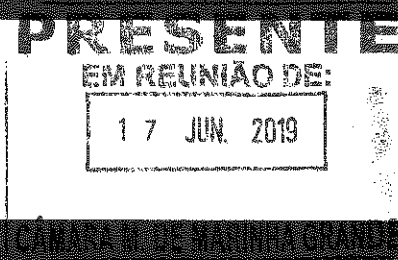


Documentos de Prestação de Contas Consolidadas

2018



Relação Nominal dos Responsáveis



Marinha Grande, junho de 2019

Dr. H
C
H
PL
J. 8
J. 8
J. 8

ANEXO VIII						
RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS						
MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE						
GERÊNCIA DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018						
N.º	Nome	Situação na entidade	Remuneração líquida auferida	Subsídio de Remuneração	Período de responsabilidade	Morada
449	Cidália Maria Oliveira Rosa Ferreira	Presidente da Câmara	34.277,36 € (1*)	—	De 1 de janeiro a 31 de dezembro	Rua dos Cedros - Lote 4 Várzea 2430 - 071 Marinha Grande
4031	Corina Alexandra de Carvalho Caetano	Vereador (regime de tempo inteiro)	25.555,20 € (1*)	—	De 1 de janeiro a 31 de dezembro	Rua das Saudades - N.º 18 São Pedro de Moel 2430 - 492 Marinha Grande
4044	Célia Cristina Leta Faustino Guerra	Vereador (regime de tempo inteiro)	24.472,42 € (1*)	—	De 1 de janeiro a 31 de dezembro	Rua João Faustino - N.º 3 Talhães 2430 - 715 Vieira de Leiria
482	Alexandra Filipa Araújo Seara Dengucho	Vereador (regime de não permanência)	3.080,60 € (2*)	—	8, 28 e 31 de janeiro; 5, 9, 20, 23, 27 e 28 de fevereiro; 5 e 19 de março; 2, 16, 19, 27 e 30 de abril; 8, 14 e 28 de maio; 11 e 16 de junho; 6, 9 e 23 de julho; 1, 6, 13 e 24 de agosto; 3, 10, 17, 25 e 28 de setembro; 1, 16, 18, 29 e 31 de outubro; 12, 26 e 28 de novembro; 10 de dezembro.	Avenida da Liberdade, n.º 14 S. Pedro de Moel 2430 - 501 Marinha Grande
4018	Aurélio Pedro Monteiro Ferreira	Vereador (regime de não permanência)	3.865,32 € (2*)	—	8, 28 e 31 de janeiro; 5, 9, 20, 23, 27 e 28 de fevereiro; 5 e 19 de março; 2, 16, 19, 27 e 30 de abril; 8, 14 e 28 de maio; 11, 16, 22, 25 e 27 de junho; 6, 9 e 23 de julho; 1, 6 e 13 de agosto; 3, 10, 17, 25 e 28 de setembro; 1, 16, 18, 29 e 31 de outubro; 12, 26 e 28 de novembro; 10 de dezembro.	Rua da Várzea - n.º 27 2430 - 279 Marinha Grande
4043	Lara Marques Lino	Vereador (regime de não permanência)	3.434,00 € (2*)	—	8, 28 e 31 de janeiro; 5, 9, 20, 23, 27 e 28 de fevereiro; 5 e 19 de março; 2, 16, 19, 27 e 30 de abril; 8, 14 e 28 de maio; 11, 16, 22, 25 e 27 de junho; 6, 9 e 23 de julho; 1, 6 e 13 de agosto; 3, 10, 17, 25 e 28 de setembro; 1, 16, 18, 29 e 31 de outubro; 12, 26 e 28 de novembro; 10 de dezembro.	Rua de Popete - n.º 144 2430 - 472 Marinha Grande
4036	Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro	Vereador (regime de não permanência)	1.375,60 € (2*)	—	8, 28 e 31 de janeiro; 5, 9, 20, 23, 27 e 28 de fevereiro; 5 e 19 de março; 2, 16, 18, 27 e 30 de abril; 8, 14 de maio; 25 e 27 de junho; 6, 9 e 23 de julho.	Rua Luís Braille, n.º 153 - 1.ª C 2410 - 371 Leiria
4050	Mélina Monteiro Mira Domingues a)	Vereador (regime de não permanência)	1.442,28 € (2*)	—	28 de maio; 1, 6, 13 e 24 de agosto; 10, 17, 25 e 28 de setembro; 16, 18, 29 e 31 de outubro; 12 e 26 de novembro; 10, 14, 20 e 21 de dezembro.	Rua da Liberdade - N.º 30 Praia da Vieira 2430 - 681 Vieira de Leiria
4062	Ávaro Miramar Botas Leira b)	Vereador (regime de não permanência)	343,40 € (2*)	—	22, 25 e 27 de junho; 24 de agosto; 21 de dezembro.	Rua Dr. Artur Neto de Barros - N.º 13 Vieira de Leiria 2430 - 715 Vieira de Leiria
400	José Luís Marques de Sousa c)	Vereador (regime de não permanência)	169,04 € (3*)	—	27 de junho; 21 de dezembro.	Estrada da Garola - N.º 105 Garcia 2430 - 138 Marinha Grande
4064	Humberto Carlos Dias d)	Vereador (regime de não permanência)	343,40 € (2*)	—	11 e 18 de junho; 1 de outubro; 29 de novembro.	Rua do Porto da Boavista - n.º 23 - R/C D.º 2430 - 052 Marinha Grande
4065	Nuno Filipe Gomes de Brito e)	Vereador (regime de não permanência)	206,04 € (2*)	—	9 e 23 de julho; 24 de agosto.	Rua Prof. Dr. José Custódio de Moraes - N.º 606 Gaeiras 2430 - 137 Marinha Grande
4066	Paúlida Alexandra Rino Moreira de Sousa f)	Vereador (regime de não permanência)	274,72 € (2*)	—	3, 10, 17 e 28 de setembro.	Rua Inácio Alves de Azevedo - n.º 90 - 1.ª B 2410 - 471 Leiria

(1*) (Remuneração mensal + despesas de representação + subsídios extraordinários) - (descontos obrigatórios : CGA ou CRSS, IRS, ADSE))

(2*) (Senhas de Presença)

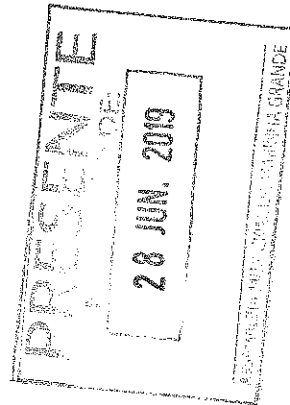
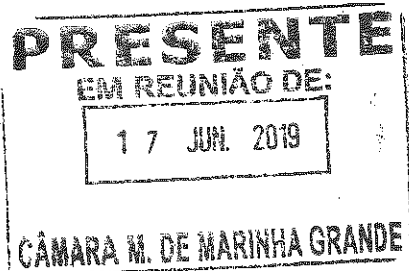
(3*) (Senhas de presença) - (IRS facultativo))

OBSERVAÇÕES

- A eleita em causa, substituiu a Vereadora Ana Isabel A. Monteiro nos dias 28 maio; 1, 13 e 24 de agosto de 2018.
- O eleito em causa, substituiu a Vereadora Alexandra Dengucho nos dias 22, 25 e 27 de junho; e substituiu a Vereadora Lara Lino no dia 24 de agosto de 2018.
- O eleito em causa, substituiu a Vereadora Lara Lino no dia 27 de junho e Vereadora Alexandra Dengucho dia 21 de dezembro de 2018.
- O eleito em causa, substituiu a Vereadora Ana Isabel A. Monteiro dias 11 e 18 de junho; e substituiu a Vereadora Melina Mira Domingues nos dias 1 de outubro e 29 de novembro de 2018.
- O eleito em causa, substituiu a Vereadora Ana Isabel A. Monteiro dias 9 e 23 de julho; e substituiu o Vereador Aurélio Ferreira no dia 24 de agosto de 2018.
- A eleita em causa, substituiu o Vereador Aurélio Ferreira nos dias 10 e 28 de setembro; e substituiu a Vereadora Melina Mira Domingues nos dias 3 e 17 de setembro de 2018.

O Dirigente responsável pela área Administrativa e/ou Pessoal

Assinatura



Handwritten signatures and initials:
 Diavon
 4.7
 PC
 João
 [Signature]

ANEXO VIII

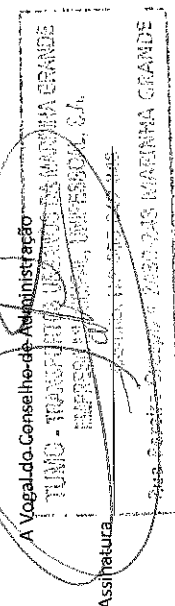
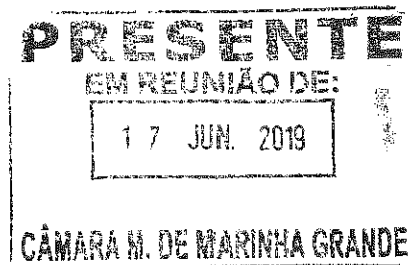
RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande, E. M., Unipessoal, S. A.

GERÊNCIA DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Nome	Situação na entidade	Remuneração líquida auferida	Subsídio de Reintegração	Período de responsabilidade	Morada
Maria de Fátima Malesso Cardoso	Vogal do Conselho de Administração	20,176,75 €	0	01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018	Avenida da Liberdade, Edifício Jardim 1 BL - 2AD, 2430-229 Marinha Grande
Carlos Alexandre de Carvalho Caetano	Presidente do Conselho de Administração	0,00 a)	0	01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018	Rua das Saudades n.º 18 - São Pedro de Moel, 2430-492 Marinha Grande

a) Nos termos do n.º 1 do artigo 16.º dos Estatutos da Empresa, apenas um dos membros dos Conselho de Administração é remunerado de acordo com o estatuto remuneratório definido pela Assembleia Municipal da Marinha Grande.

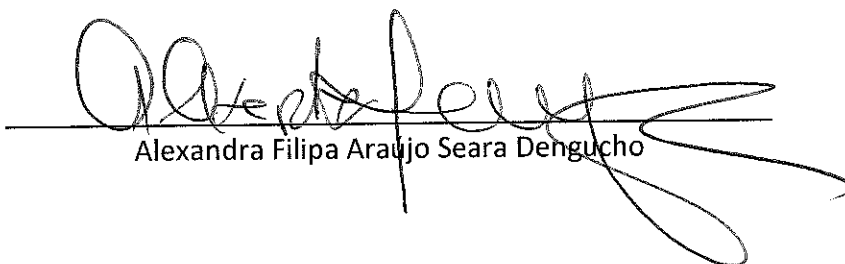


Declaração

Eu, Alexandra Filipa Araújo Seara Dengucho, Vereadora da Câmara Municipal da Marinha Grande, entendendo não ser necessário, para as validar, rubricar todas e cada uma das 69 páginas do documento que constitui a Prestação de Contas Consolidadas de 2018 do Município da Marinha Grande, numeradas da página 1 a 69 declaro, sob compromisso de honra, que as aprovei na forma como me foram apresentadas, as quais se encontram rubricadas pelos restantes membros do órgão executivo.

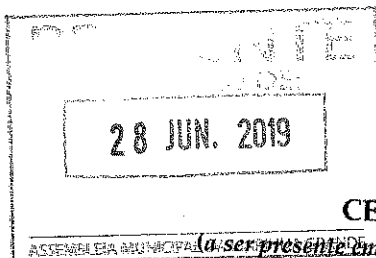
Marinha Grande, 17 de junho de 2019

A declarante



Alexandra Filipa Araújo Seara Dengucho

N



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

em sede de sessão da Assembleia Municipal, após apreciação e deliberação das contas do exercício em reunião de Câmara Municipal)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município Marinha Grande (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 127.289.538,41 euros e um total de fundos próprios de 101.317.216,58 euros, incluindo um resultado líquido de 2.852.578,48 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

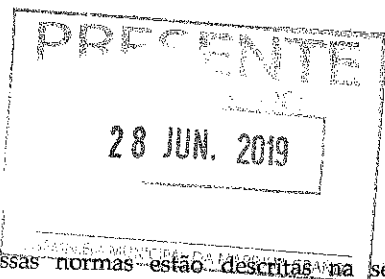
Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do n.º1, matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Município Marinha Grande (o Grupo) em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião com reserva

Reserva

1. Ao nível do ativo imobilizado registado nas Demonstrações Financeiras, rubrica com elevada significância nas Contas Municipais, conclui-se que foram tomadas medidas que visaram o reconhecimento de todas as operações nascidas em 2018, tanto em termos de aquisições como de abates. Contudo, poderão existir bens imobilizados pertencentes ao Município não refletidos nas Contas ou, em contrapartida, estarem registados bens que já não estão na posse do Município, por transferência, cedência, inutilização, sinistro ou obsolescência. Adicionalmente, poderão existir bens cujo registo oficial não esteja de acordo com a utilização e titularidade devidas. Decorrente desta situação não é possível confirmar não só parte do Imobilizado como parte do Fundo Patrimonial constituído no Balanço inicial.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos



dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

A publicação do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto estabelece um regime excecional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia de execução de contratos de empreitada de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que deles decorrem para o adjudicatário ou cocontratante. Reforce-se que pode o Município vir a ser objeto de pedido de compensação, pelo que existe um potencial de responsabilidade contingente associada a este regime.

Estão devidamente considerados em notas anexas ao Balanço e demonstração de resultados (nota 4.9.6 nº 6) a divulgação de passivos contingentes.

A Empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, S.A. utiliza o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), tendo as suas contas sido reclassificadas para POCAL. Não obstante este fato, o SNC afasta-se na aplicação de alguns critérios de reconhecimento, valorização e apresentação dos saldos e operações, não tendo sido possível confirmar a harmonização contabilística ao nível dos fluxos monetários por operações orçamentais e de tesouraria, cujo impacto na Demonstração de Fluxos de Caixa consolidada é nulo, uma vez que as diferenças, a existir, se compensam entre a receita e a despesa do próprio período, sendo imaterial no contexto de Grupo.

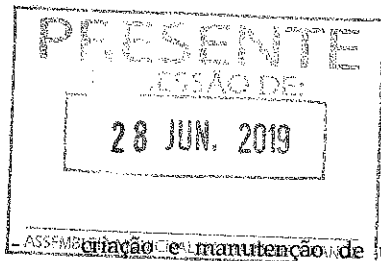
A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;

PC
Drone



criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de

PL
Diana

auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

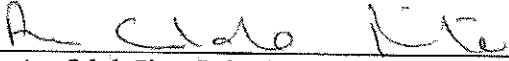
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 17 de junho de 2019


APPM – Ana Calado Pinto, Pedro de Campos Machado, Ilídio
César Ferreira & Associados, SROC, Lda.,
representada por
Ana Calado Pinto
ROC, n.º 1103

